

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA

Leandro Lampe

**DO OCASO DO CURSO NORMAL À ALVORADA DA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E  
EXPERIÊNCIAS DE SANTA MARIA E PELOTAS/RS**

Santa Maria, RS  
2021

**Leandro Lampe**

**DO OCASO DO CURSO NORMAL À ALVORADA DA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E  
EXPERIÊNCIAS DE SANTA MARIA E PELOTAS/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação Profissional e Tecnológica**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariglei Severo Maraschin  
Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Liliana Soares Ferreira

Santa Maria, RS  
2021

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Lampe, Leandro

DO OCASO DO CURSO NORMAL À ALVORADA DA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS  
DE SANTA MARIA E PELOTAS/RS / Leandro

Lampe.- 2021.

97 p.; 30 cm

Orientadora: Mariglei  
Liliana

Severo Maraschin Coorientadora:  
Liliana Soares Ferreira

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial, Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, RS, 2021

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

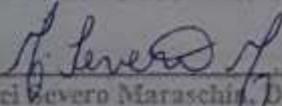
Declaro, LEANDRO LAMPE, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

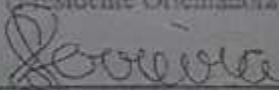
Leandro Lampe

DO OCASO DO CURSO NORMAL À ALVORADA DA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E  
EXPERIÊNCIAS DE SANTA MARIA E PELOTAS/RS

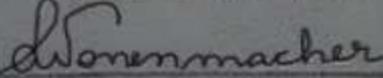
Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

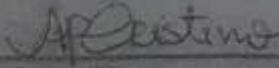
Aprovado em 28 de setembro de 2021

  
Marilce Severo Maraschin, Dr<sup>a</sup>, UFSM  
(Presidente Orientadora)

  
Liliana Soares Ferreira, Dr<sup>a</sup>, (UFSM)  
(Coorientadora)

  
Glauz Lange do Amaral, Dr<sup>a</sup>, (UFPEL)

  
Sandra Elisabeth Bazano Nonnenmacher, Dr<sup>a</sup>, (IFFAR)

  
Ana Paula da Rosa Zimmermann, Dr<sup>a</sup>, (Pref. de Santa Maria)

Santa Maria, RS  
2021

## AGRADECIMENTOS

Viver em comunidade é parte do homem. Assim sobrevivemos. Assim lutamos. Assim somos mais fortes. E assim, em comunidade, também seguimos trajetórias, cada um com sua rota, mas que compartilham a viagem. Esse estudo permitiu com que minha trajetória encontrasse tantas outras trajetórias, que traziam consigo crescimento profissional, pessoal, esclarecimento, amadurecimento, certezas e incertezas. Agora já não sou o mesmo de antes. E, dessa forma, agradeço a todos estes que nestes dois anos andaram comigo. Em especial:

À minha família, meus pais Gildo e Cléia, minha irmã Rosana e minha sobrinha Flávia Eduarda, que acreditaram comigo, viram de perto meus anseios e medos, mas também a necessidade de mais uma partida, agora para Santa Maria.

À família Dalmonte, em especial ao Luciano, que me acolheu no coração do Rio Grande, acompanhou de perto as mudanças intensas nestes anos, me dando coragem nos momentos de medo e asas nos momentos de sonhos.

À Vitória Schiavon, que viu esta empreitada acontecer antes mesmo dela ter iniciado, sentiu os impactos da mudança abrupta, mas mesmo assim manteve-se próxima, o que foi fundamental.

Ao Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica pela recepção e ensinamentos por meio dos professores e dos colegas, que se tornaram amigos.

Aos Grupos Transformação e Kairós que são a verdadeira representação da comunidade que mencionei no início deste agradecimento, são ao mesmo tempo casa e escola.

À minha orientadora Professora Dr<sup>a</sup> Mariglei Severo Maraschin e coorientadora Professora Dr<sup>a</sup> Liliana Soares Ferreira que construíram este trabalho comigo, me guiaram de forma tranquila e sábia.

A todos e todas que cruzaram seus caminhos com o Curso Normal em algum período, principalmente aqueles que hoje lá estão, fazendo com que o Curso exista e resista.

Obrigado!

## EPÍGRAFE

*[...] nenhuma coisa está “acabada”, encontra-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro. (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 101, grifo meu).*

## RESUMO

### **DO OCASO DO CURSO NORMAL À ALVORADA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS DE SANTA MARIA E PELOTAS/RS**

AUTOR: Leandro Lampe

ORIENTADORA: Mariglei Severo Maraschin

COORIENTADORA: Liliana Soares Ferreira

O Curso Normal, que historicamente prepara profissionais para Educação, vem, ao longo da sua trajetória, sofrendo impactos das políticas e reformas educacionais, impactos que provocam experiências diferentes nos Cursos. Nesse sentido, a presente dissertação, que tem como objeto de estudo o Curso Normal e a Educação Profissional e Tecnológica, tem como problematização a questão: quais as aproximações e distanciamentos dos sentidos de Curso Normal como EPT, a partir das políticas e experiências de formação de professores para os anos iniciais em escolas do Curso Normal de Santa Maria e Pelotas? Para tal, foi traçado como objetivo geral analisar os sentidos de aproximações e distanciamentos de Curso Normal como EPT, a partir das políticas e experiências de formação de professores para os anos iniciais em escolas do Curso Normal de Santa Maria e Pelotas e, como objetivos específicos: I) Contextualizar a política de formação de professores em nível médio e a política da Educação Profissional; II) Sistematizar o Curso Normal no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos em suas quatro edições e na Educação Profissional no Brasil; III) Elaborar referencial teórico sobre a historicidade do Curso Normal em escolas públicas de Santa Maria e Pelotas e IV) Compreender a formação de professores em nível médio, atualmente, nas escolas de Santa Maria e Pelotas. A produção de dados foi por meio de pesquisas documentais e bibliográficas ao logo do estudo, realização de questionário com os estudantes do Curso Normal, realização de dois Grupos Focais e Grupo de Interlocação realizado com as coordenadoras dos cursos de ambas as Instituições. Como aporte teórico-metodológico, que serviu também de técnica de análise, recorreu-se à Análise dos Movimentos de Sentidos, que vem sendo desenvolvida pelo Grupo Kairós. O Kairós - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas que somado ao grupo Transformação - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho Pedagógico na Educação Profissional constituem o âmbito no qual o estudo se concretizou. A partir da análise, evidenciaram-se sentidos de aproximação i) Formação para o trabalho e ii) Trabalho como princípio educativo e o sentido de distanciamento iii) Trabalho para a Educação. Com os resultados, foi possível realizar alguns apontamentos finais, os quais indicam que o Curso, apesar de estar encaminhando-se ao ocaso, segue existindo e resistindo às implementações de políticas que não o contemplam, e assim se apresentam como ameaça. A existência e resistência só é possível nos dias atuais devido ao trabalho pedagógico desenvolvido pelos sujeitos que constituem os Cursos.

**Palavras-chave:** Curso Normal. Educação Profissional e Tecnológica. Análise dos Movimentos de Sentido. Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Colégio Municipal Pelotense.

## ABSTRACT

### FROM THE DAWN OF THE NORMAL COURSE TO THE DAWN OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: EDUCATIONAL POLICIES AND EXPERIENCES OF SANTA MARIA AND PELOTAS/RS

AUTOR: Leandro Lampe

ORIENTADORA: Mariglei Severo Maraschin

COORIENTADORA: Liliana Soares Ferreira

The Normal Course, which historically prepares professionals for Education, has, throughout its trajectory, suffered impacts from educational policies and reforms, impacts that provoke different experiences in the Courses. In this sense, this dissertation, which has as its object of study the Normal Course and Professional and Technological Education, has as its problematization the question: what are the approaches and distances of the meanings of the Normal Course as EPT, from the policies and training experiences of teachers for the initial years in the Normal Schools of Santa Maria and Pelotas? To this end, the general objective was to analyze the meanings of approximations and distances from the Normal Course as EPT, from the policies and experiences of teacher training for the early years in the Normal Course schools of Santa Maria and Pelotas, and as specific objectives : I) Contextualize the policy of training teachers at secondary level and the policy of Vocational Education; II) Systematize the Normal Course in the National Catalog of Technical Courses in its four editions and in Professional Education in Brazil; III) Develop theoretical framework on the historicity of the Normal Course in public schools in Santa Maria and Pelotas and IV) Understand the training of teachers at high school, currently, in schools in Santa Maria and Pelotas. The production of data was through documentary and bibliographic research during the study, a questionnaire with the students of the Normal Course, two Focus Groups and a Interlocution Group carried out with the coordinators of the courses of both institutions. As a theoretical-methodological contribution, which also served as an analysis technique, we resorted to the Analysis of Movements of Meaning, which has been developed by the Kairós Group. The Kairós - Study and Research Group on Work, Education and Public Policies, which added to the Transformação group - Study and Research Group on Public Policies and Pedagogical Work in Professional Education, constitute the scope in which the study was constituted. From the analysis, the senses of approximation were evidenced i) Training for work and ii) Work as an educational principle and the sense of detachment iii) Work for Education. With the results, it was possible to make some final notes, which indicate that the Course, despite being heading towards the end, continues to exist and resists the implementation of policies that do not contemplate it, and thus present themselves as a threat. The existence and resistance is only possible nowadays due to the pedagogical work developed by the subjects that make up the Courses.

**Keywords:** Normal Course. Professional and Technological Education. Analysis of Meaning Movements. Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Colégio Municipal Pelotense.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Representação esquemática da produção dos dados.....	22
<b>Figura 2</b> - Mapa com criação das Escolas Normais pelo território brasileiro. ....	30
<b>Figura 3</b> - Organização da Educação a partir da LDB de 1961.....	32
<b>Figura 4</b> - Organização da Educação a partir da LDB de 1971.....	33
<b>Figura 5</b> - Organização da Educação a partir da LDB de 1996.....	35
<b>Figura 6</b> – Situação da meta quinze do Plano Nacional de Ensino 2014-2024.....	43
<b>Figura 7</b> - Relação percentual dos trabalhos sobre o Curso Normal no Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES. ....	45
<b>Figura 8</b> - Relação percentual dos trabalhos sobre o Curso Normal das Universidades pesquisadas no Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES. ....	45
<b>Figura 9</b> - Linha do tempo da criação ao centenário do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac.....	54
<b>Figura 10</b> – Linha do tempo da criação à implementação do Curso Normal do Colégio Municipal Pelotense .....	59
<b>Figura 11</b> - Relação entre a quantidade de matrículas e anos.....	61
<b>Figura 12</b> – Número de estudantes matriculados em Cursos Técnicos no Rio Grande do Sul. ....	73
<b>Figura 13</b> – Eixos Tecnológicos com percentual de estudantes matriculados. ....	73

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Eixos Tecnológicos apresentados nas quatro versões do Catálogo Nacional de Curso Técnicos .....	39
<b>Quadro 2</b> - Cursos apresentados no eixo Desenvolvimento Educacional e Social nas três versões do CNCT. ....	39
<b>Quadro 3</b> - Trabalhos de pós-graduação referentes ao Curso Normal encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações de 2015 a 2020 referentes a UFSM .....	46
<b>Quadro 4</b> - Trabalhos de pós-graduação referentes ao Curso Normal encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações de 2015 a 2020 referentes a UFRGS .....	47
<b>Quadro 5</b> - Trabalhos de pós-graduação referentes ao Curso Normal encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações de 2015 a 2020 referentes a UFPEL .....	48
<b>Quadro 6</b> - Trabalhos de pós-graduação referentes ao Curso Normal encontrados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense (IFSul).....	48
<b>Quadro 7</b> - Matrículas entre os anos de 2015 e 2020.....	60
<b>Quadro 8</b> - Respostas dos estudantes para a questão “O que fez você optar pelo Curso Normal?” .....	62

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CTISM	Colégio Técnico Industrial de Santa Maria
CNCT	Catálogo Nacional dos Cursos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
CMP	Colégio Municipal Pelotense
IEEOB	Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac
AMS	Análise dos Movimentos de Sentidos
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
GF	Grupo Focal
GI	Grupo de Interlocução

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. OS PREPARATIVOS PARA A ALVORADA E O OCASO: VÊ-SE O BRILHO LÁ NO MORRO .....</b>	<b>17</b>
2.1 APRESENTAÇÃO DO <i>LÓCUS</i> DE PESQUISA.....	19
<b>2.1.1 Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1.2 Colégio Municipal Pelotense.....</b>	<b>20</b>
2.2 ETAPAS, INSTRUMENTOS E ANÁLISE DA PESQUISA.....	21
2.3 ANÁLISE DOS MOVIMENTOS DE SENTIDOS .....	25
<b>3. OS MOVIMENTOS PARA O DISSABOR DO OCASO: A HISTORICIDADE, AS POLÍTICAS E OS ESTUDOS ANTERIORES .....</b>	<b>28</b>
3.1 HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO E DO CURSO NORMAL .....	28
3.2 AS LDBs E A NÃO PRESENÇA DO CURSO NORMAL NO CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS.....	31
3.3 ESTUDOS ANTERIORES: O QUE DIZEM SOBRE O CURSO NORMAL.....	43
<b>4. O SOL COLORINDO E TINGINDO SANTA MARIA E PELOTAS: AS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO NOS CURSOS NORMAIS.....</b>	<b>51</b>
4.1 O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO OLAVO BILAC.....	51
4.2 DE GYMNASIO PELOTENSE À COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE.....	55
4.3 OS SUJEITOS ATUAIS DAS PROPOSTAS DE FORMAÇÃO ESTUDADAS .....	60
<b>5. OS MOVIMENTOS DOS SENTIDOS DE APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO ENTRE A ALVORADA E O OCASO PEDAGÓGICO.....</b>	<b>64</b>
5. 1 SENTIDOS DE APROXIMAÇÃO.....	64
<b>5.1.1 Formação para o trabalho .....</b>	<b>65</b>
<b>5.1.2 Trabalho como princípio educativo .....</b>	<b>68</b>
5. 2 SENTIDO DE DISTANCIAMENTO .....	71
<b>5.2.1 Trabalho para a Educação .....</b>	<b>72</b>
5.3 PARA ALÉM DE APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS: UM FUTURO INCERTO.....	75
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>
APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO .....	91
APÊNDICE II - QUESTÕES NORTEADORAS PARA O GRUPO FOCAL.....	92
APÊNDICE III - TRABALHOS DE PÓS-GRADUAÇÃO REFERENTES AO CURSO NORMAL ENCONTRADOS NO REPOSITÓRIO DIGITAL MANANCIAL (UFSM) .....	93
APÊNDICE IV - TRABALHOS DE PÓS-GRADUAÇÃO REFERENTES AO CURSO NORMAL ENCONTRADOS NO REPOSITÓRIO DIGITAL LUME (UFRGS) .....	94
APÊNDICE V - TRABALHOS DE PÓS-GRADUAÇÃO REFERENTES AO CURSO NORMAL ENCONTRADOS NO REPOSITÓRIO DIGITAL GUIACA (UFPEL).....	95
APÊNDICE VI - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	96

## INTRODUÇÃO

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, vinculado ao Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), havia a intenção de dar segmento à pesquisa iniciada em meu Trabalho de Conclusão de Curso, a qual versava sobre a formação de professores em nível médio, ou seja, sobre o Curso Normal, mais especificamente sobre como a disciplina de Química poderia contribuir para essa formação. Entendo que o Curso Normal se trata de uma formação profissional, de um Ensino Médio Integrado a um curso profissionalizante que visa à preparação de jovens para trabalharem como professores.

Assim, durante minha graduação em Química Licenciatura, na Universidade Federal de Pelotas, pude ter contato com o Curso Normal, quando tive a oportunidade de ministrar aulas no referido Curso, ofertado pelo Colégio Municipal Pelotense. Durante esse contato, observei que, em certos momentos, os conhecimentos que movimentavam a produção de conhecimento apresentados no componente curricular de Química não eram aproveitados pelas estudantes (a turma era composta apenas por meninas) quando futuramente trabalhariam em aulas de Ciências para os anos iniciais, pois não conseguiam ver relação entre os conteúdos trabalhados na disciplina e sua futura profissão.

Também notei, durante minha experiência como professor de uma turma, a importância de questionar-me sobre o trabalho pedagógico realizado e, assim, buscar melhorias, contribuições, atualizações, etc. Desse modo, torna-se, então, fundamental assumir as concepções de “professor-pesquisador”. Segundo Moreira (1988, p. 47), pesquisar não é simplesmente pensar e responder questões, é além disso pois “pesquisar implica observar e registrar eventos, converter tais registros em dados e transformá-los, de modo a chegar a novos conhecimentos”. Por meio dessas ideias, surgiu a necessidade de contribuir para a turma na qual realizava estágio, no sentido de auxiliar as alunas e também a Professora titular a aproximar a produção de conhecimentos em Química com o curso profissionalizante em que estavam inseridas.

Desse modo, propus-me a elaborar e desenvolver aulas que tratassem de conhecimentos químicos e que pudessem auxiliar as estudantes em sua futura profissão. Segundo Schnetzler e Aragão (1995), as pesquisas na área de ensino contribuem para a diminuição da visão simplista que envolve o trabalho pedagógico, fazendo com que

cada vez mais seja nítido que, para ensinar, não é suficiente apenas saber um pouco do conteúdo específico e utilizar algumas técnicas pedagógicas, afastando-se, assim, das concepções arcaicas de ensino, que eram praticadas por profissionais que viam apenas problemas de aprendizagem, mas não de ensino. Buscar articulações entre a produção de conhecimentos de Química e o cotidiano, ou com o ensino de Ciências nos anos iniciais é tarefa difícil, que demanda trabalho pedagógico, reflexão, pesquisa, elaboração, etc.

Entretanto, o tempo (um semestre) em que se deu a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso não foi o suficiente para que algumas questões pudessem ser tratadas com o aprofundamento devido, como, por exemplo, as questões sobre a composição curricular para a formação destes professores, as aspirações dessas jovens egressas do Curso, o significado histórico do Curso Normal para a sociedade e comunidade escolar, etc. No entanto, permaneceram, principalmente, as inquietações sobre a relação entre a Educação Profissional e o Curso Normal, motivos pelos quais as políticas referentes aos demais cursos de Ensino Médio Integrado por vezes não contemplam o Curso Normal, uma vez que se trata de um curso que aborda de maneira simultânea a formação profissional com a formação básica de nível médio. Essas questões suscitadas por aquela vivência despertaram a motivação para prosseguir os estudos nesta área de pesquisa, agora em um Programa de Pós-Graduação.

Além do caráter histórico do Curso Normal, as discussões e estudos acerca da temática se mostram relevantes, dadas alterações legais no cenário das políticas públicas educacionais, com a alegação da formação de professores em nível médio sendo considerada como formação mínima com a LDB 9.394/96, posteriormente com a Lei 12.796/2013 que apresenta nova redação para o Art. 62 da LDB, além de outros encaminhamentos. Outro ponto que torna pertinente a discussão sobre o Curso Normal é sua ausência na legislação referente à Educação Profissional e Tecnológica, apesar de toda similaridade que há entre eles.

Assim, inicia a apresentação deste estudo que se desenvolveu no âmbito dos grupos de pesquisa Transformação - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho Pedagógico na Educação Profissional e Kairós - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas e está inserido na LP1: Políticas e Gestão em Educação Profissional e Tecnológica, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Ao assumir os movimentos de avanços e retrocessos na Educação Profissional e Tecnológica ao longo de seu percurso histórico, como por exemplo, com o Decreto nº 2.208/97, que proibia a formação profissional ocorrer na modalidade de Ensino Médio Integrado e que posteriormente foi revogado com o Decreto nº 5.154/04, as políticas educacionais não alcançaram o Curso Normal, além de outros aspectos apresentados ao longo deste estudo, que

resultaram na seguinte questão de pesquisa: Quais os sentidos de aproximações e distanciamentos do Curso Normal como EPT, a partir das políticas e experiências de formação de professores para os anos iniciais em escolas do Curso Normal de Santa Maria e Pelotas? A escolha dessas instituições a serem pesquisadas se dá devido à relação do pesquisador com esses ambientes escolares. A aproximação com o Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac ocorreu por meio de um projeto extensionista após o ingresso na Pós-Graduação, enquanto que a aproximação com o Colégio Municipal Pelotense foi durante o período de estágio da Graduação em Química Licenciatura. Além disso, ambas as instituições foram escolhidas devido às suas características distintas e particulares, como, por exemplo, a dependência administrativa: a primeira vinculada ao estado e a segunda, ao município.

O projeto iniciou com breve apresentação a respeito de como a trajetória acadêmica aproximou-me dos estudos voltados para o Curso Normal. Assim, a problematização que mobiliza este estudo é a seguinte: Quais os sentidos de aproximações e distanciamentos do Curso Normal como EPT, a partir das políticas e experiências de formação de professores para os anos iniciais em escolas do Curso Normal de Santa Maria e Pelotas? Na sequência, os objetivos desta pesquisa, sendo o *objetivo geral*: Analisar os sentidos de aproximações e distanciamentos de Curso Normal como EPT, a partir das políticas e experiências de formação de professores para os anos iniciais em escolas do Curso Normal de Santa Maria e Pelotas. Enquanto os *objetivos específicos* são os que seguem: I) Contextualizar a política de formação de professores em nível médio e a política da Educação Profissional; II) Sistematizar o Curso Normal no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos em suas quatro edições e na Educação Profissional no Brasil; III) Elaborar referencial teórico sobre a historicidade do Curso Normal em escolas públicas de Santa Maria e Pelotas e IV) Compreender a formação de professores em nível médio atualmente nas escolas de Santa Maria e Pelotas.

A metodologia que orienta esta dissertação conta com a produção dos dados a partir de questionário *on-line*, respondido por dezenove estudantes das Instituições estudadas, além de pesquisa e análise documental e bibliográfica que acompanha todo período de investigações realizadas durante este percurso. Ainda, foi desenvolvido um grupo focal, realizado em dois encontros virtuais com as coordenadoras dos cursos pesquisados, após a análise dos dados produzidos. Por fim, foi realizado o grupo de interlocução para que os envolvidos na pesquisa tivessem retorno para suas Instituições. Trata-se, portanto, de um estudo que se ocupa dos movimentos de aproximação e distanciamento e, dessa forma, optou-se pelo aporte teórico

metodológico da Análise dos Movimentos de Sentidos<sup>1</sup> para as aproximações e distanciamentos entre o Curso Normal e a Educação Profissional e Tecnológica.

Neste capítulo, iniciou-se com a apresentação da temática a ser pesquisada, a problematização e os objetivos geral e específicos. O Capítulo 2 aborda o referencial teórico-metodológico e, em seguida, apresentam-se as Instituições tidas como *lócus* da pesquisa, seguidas das etapas e instrumentos que envolvem a produção dos dados. O Capítulo 3 apresenta a historicidade do Curso Normal no Brasil, as políticas educacionais como as versões da Lei de Diretrizes e Bases e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e suas (não)abordagens ao Curso Normal, além dos estudos anteriores apresentados sobre os Cursos nas Instituições estudadas. No Capítulo 4, são abordadas as historicidades das Instituições e Cursos estudados, bem como uma apresentação inicial dos estudantes que constituem esses Cursos atualmente. Já o Capítulo 5 aborda os resultados encontrados a partir da Análise dos Movimentos de Sentido que aproximam e distanciam o Curso Normal da Educação Profissional. Por fim, no Capítulo 6, são apresentadas algumas considerações finais a partir do estudo realizado.

Os Capítulos foram nomeados retomando a alvorada e o ocaso, conforme mencionados no título do projeto. Para isso, teve-se como aporte a canção “Alvorada”, do cantor Angenor de Oliveira, popularmente conhecido como Cartola, além do estudo “Curso Normal como Educação Profissional nas políticas públicas: fatos e artefatos” de (FERREIRA; SIQUEIRA; LAMPE, 2020), em que apresentam o sentido de ocaso para o Curso Normal.

---

<sup>1</sup> Trata-se de aporte teórico metodológico criado pelo grupo de pesquisa Kairós – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas.

## 2. OS PREPARATIVOS PARA A ALVORADA E O OCASO: VÊ-SE O BRILHO LÁ NO MORRO

*Alvorada lá no morro, que beleza  
Ninguém chora, não há tristeza  
Ninguém sente dissabor  
O Sol colorindo é tão lindo, é tão lindo  
E a natureza sorrindo, tingindo, tingindo  
A alvorada [...] (Cartola, 1974).*

Neste Capítulo, são abordados os referenciais teóricos metodológicos que permitem organizar o estudo, de modo que se torne possível a percepção do brilho dos feixes de luz provocados tanto pelo ocaso do Curso Normal, quanto pela alvorada da Educação Profissional e Tecnológica. Ao tratar do referencial teórico metodológico, são apresentados o tipo de pesquisa e como essa se caracteriza, o público participante, bem como a apresentação do *locus* de pesquisa, a produção de dados e sua análise.

Na intenção de explicar a perspectiva dialética proposta neste estudo, realiza-se uma aproximação com a Química, devido à familiaridade do autor. Nesse sentido, ao analisar o grupo funcional dos hidrocarbonetos, formados somente por átomos de carbono e hidrogênio e caracterizados de forma genérica como  $C_xH_y$ , podem ser observadas características, como ponto de fusão, ebulição, etc, distintas entre si, de acordo com a quantidade de átomos de carbono e hidrogênios presentes em determinada molécula. No entanto, à medida que forem adicionados conjuntos  $-CH_2$  na molécula, esta já não poderá mais apresentar as mesmas características de antes. Assim, por exemplo, o eteno ( $C_2H_4$ ) e etino ( $C_2H_2$ ), apesar da sua semelhança com os elementos que os constituem, são distintos entre si, já que o primeiro é formado por uma ligação dupla entre átomos de carbono e o segundo por uma ligação tripla, fazendo com que tenham, também, características qualitativas distintas como o ponto de ebulição de  $-103,7^\circ C$  para o eteno e  $-84^\circ C$  para o etino. A partir disso, busca-se analisar quais são esses fatores que, para o Curso Normal, promovem suas características, alterações e que atribuem suas especificidades em relação a EPT, bem como os arranjos  $-CH_2$  para os hidrocarbonetos.

O objeto percebido é aquele que se apresenta aos nossos sentidos pela forma de imagens, é o que vemos e sentimos e que, na maioria das vezes, se apresenta como “real”, natural e transparente. Em pesquisa social, sabemos o quanto essas percepções sofrem influência de nossas visões de mundo,

possuidoras de uma historicidade, portanto nada “naturais”. (DESLANDES, 2002, p. 33)

Assim, mesmo considerando os argumentos de Deslandes (2002), reconhecendo o objeto que se mostra neste estudo – o Curso Normal - é preciso ir além e buscar o que se mostra por trás das imagens do real, como a historicidade que evidencia o contexto da realidade estudada. Minayo (2002), ao indicar que a abordagem marxista leva em consideração a historicidade, produção de fenômenos e contradições sociais, apresenta como método a abordagem dialética, e essa se ocupa de “analisar os contextos históricos, as determinações sócio econômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais” (MINAYO, 2002, p. 24). Dessa forma, a dialética compreende o mundo como conjunto de processos, levando em consideração para a análise o objeto – nesse caso, o Curso Normal – não sendo estático, mas em movimento.

Ao abordar, nesta pesquisa, o universo dos sentidos e fenômenos que envolvem o objeto de estudo, caracteriza-se a mesma como sendo uma pesquisa de caráter qualitativo. Ainda, segundo Minayo (2002), esse tipo de pesquisa se ocupa com um nível da realidade que não pode ser somente quantificado, e que as diferenças entre as duas formas de pesquisa, apesar de serem naturais, não justifica uma contraposição, mas que, em muitos casos, podem se complementar.

A partir do exposto, assumindo uma perspectiva dialética, a pesquisa tem como aporte teórico-metodológico a Análise dos Movimentos dos Sentidos (AMS), que vem sendo desenvolvida pelo Kairós – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas. Optou-se pela AMS como abordagem teórico-metodológica para orientar este estudo, pois esta permite compreender de uma melhor maneira, dialeticamente, os movimentos entre os fenômenos que se está estudando, especialmente nesse caso que trata de contextos distintos que foram impactados pelas diversas considerações sociais, políticas, etc. A partir dela, permite-se analisar as circunstâncias não estaticamente, isoladas do real, mas como apresentação de sentidos que se alteram e se movimentam socialmente.

A AMS já foi implementada em estudos diversos publicados em revistas científicas, como exemplo o estudo de Ferreira, Calheiros e Siqueira (2020) que trata da sistematização de duzentas e onze teses e dissertações sobre a EPT produzidas nos programas de pós-graduação do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, o estudo de Ferreira, Braidó e De Toni (2020) propõe, por meio da AMS, a sistematização de sentidos de Pedagogia e do próprio Curso de Pedagogia apresentados nas teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Educação do estado. Esse aporte teórico metodológico também foi empregado na dissertação de Siqueira

(2020), que objetivou analisar como a integração curricular na EPT apresenta demandas para o trabalho pedagógico em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Nos tópicos abordados a seguir, serão tratados com maior ênfase os *lócus*, as etapas e instrumentos da pesquisa, além da análise, por intermédio da AMS, dos dados produzidos para esta pesquisa.

## 2.1 APRESENTAÇÃO DO *LÓCUS* DE PESQUISA

Ao tratar das aproximações e distanciamentos da EPT com o Curso Normal, mostra-se necessário reconhecer o *lócus* no qual se transcorre a pesquisa. Desse modo, nesta seção, serão abordados aspectos que buscam retratar a historicidade de ambas as instituições que ofertam o Curso Normal.

### 2.1.1 Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac<sup>2</sup>

A escola foi constituída no ano de 1901, sendo um dos Colégios Distritais na Província de São Pedro e o primeiro fora da capital da Província. A criação de Colégios estava entre os movimentos políticos da época, assim como o preparo de professores e diferentes medidas que pretendiam consolidar a Província (TAMBARA, 2008). Posteriormente, a escola sofreria influência das diversas alterações sociais e políticas que ocorreriam no território nacional e regional, o que pode ser evidenciado, inclusive, nas nomenclaturas da Instituição que já foi denominada Escola Complementar, em 1929, com a “onda de preocupação com a educação popular que se via na década de 20” (FAGUNDES, 2015, p. 96); Escola Normal Olavo Bilac, em 1941, com Getúlio Vargas na presidência, e uma série de reformas em forma de decreto-lei foram implementadas pelo então ministro da educação Gustavo Capanema, entre elas a Lei Orgânica do Ensino Normal. Finalmente, Instituto de Educação Olavo Bilac, em 1962, quando já se enfrentava o período cívico-militar. No ano de 1938, foi inaugurado o prédio no qual o Instituto está sediado até os dias atuais e, ao longo desses anos, foram implementados os Cursos Normal (1941) e Científico (1951) (FAGUNDES, 2015; BRAIDO, 2018).

---

<sup>2</sup> Para a apresentação do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, recorreu-se às informações apresentadas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição.

Os ginásios vinculados à Escola Normal foram desanexados no ano de 1957, dando origem a outras instituições de ensino da cidade de Santa Maria. Assim, no ano de 1947, formou-se a primeira turma de Normalistas. A instituição, durante todo esse período, apresentou estreita relação como a comunidade local, e até os dias atuais apresenta atividades culturais complementares aos seus estudantes como *ballet*, *street dance*, taekwondo, música, escotismo, entre outros, envolvendo estudantes e comunidade em geral (PPP do IEEOB, 2015).

Atualmente, o IEEOB, atende à Educação Básica e às modalidades EJA, Educação Especial e o Curso Normal, distribuídos nos turnos da manhã, tarde e noite, na região central da cidade. A quantidade de estudantes, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Instituição, no ano de 2016, era 1800. A escola conta com recursos como atividades complementares, além de laboratórios como de ciências e informática, salas para orientação de práticas e estágio profissional para o Curso Normal, entre outros. Além disso, destaca-se a presença do museu da instituição que apresenta importante acervo sobre o Curso Normal e a Educação do estado do Rio grande do Sul, que se apresenta disponível para a comunidade e também para pesquisadores de diversas áreas, principalmente para os pesquisadores da Educação.

### **2.1.2 Colégio Municipal Pelotense<sup>3</sup>**

Fundado em 24 de outubro de 1902, denominou-se, originalmente, *Gymnásio Pelotense*, sendo dirigido por Bacharel Charles Dupont, que assumiu o cargo em 14 de novembro de 1902. Inicialmente, a escola era destinada a meninos de classe mais elevada, pois era pago, funcionando em regime de internato e externato. As aulas tiveram início no dia 02 de fevereiro de 1903, com 70 alunos, porém, ao término do mesmo ano letivo, a quantidade de alunos passou para 130. Em 1908, formaram-se 10 alunos, na primeira turma de bacharéis em Ciências e Letras. No ano de 1911, os cursos de bacharéis foram extintos na Instituição com base no decreto do governo federal. Apesar disso, a quantidade de estudantes matriculados manteve-se elevada. No ano de 1913, foi matriculada a primeira aluna do sexo feminino da escola, Julieta Teles. Cerca de 4 anos depois, em 1915, o bacharelado foi restabelecido no Ginásio Pelotense (PPP do CMP, 2010).

---

<sup>3</sup> Para a apresentação do Colégio Municipal Pelotense, recorreu-se às informações apresentadas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição.

Com a intenção de dar a devida atenção ao ensino ofertado pelo Ginásio, desejando assegurar o pleno funcionamento do ensino ante as novas Leis para a educação, o Ginásio Pelotense municipalizou-se em 1922. No ano de 1924, assumiu, oficialmente, o governo municipal a devida função de manter e dirigir essa instituição de ensino. O Ginásio Pelotense recebeu, em 20 de janeiro de 1943, por decreto federal, a autorização para funcionar como Colégio, passando a ser nomeado Colégio Municipal Pelotense. No ano de 1961, foi inaugurado seu novo prédio, podendo assim receber maior número de matrículas, atendendo a uma quantidade elevada de estudantes. No ano de 1994, foi implantado o curso de Magistério, no momento sendo o único curso profissionalizante do Colégio (PPP do CMP, 2010).

Atualmente, o Colégio Municipal Pelotense conta com área total de aproximadamente 17.500m<sup>2</sup>, 45 salas de aulas, diversos laboratórios por área de ensino (laboratórios de Química, Biologia, Física e Informática), dois auditórios, ginásio coberto, canchas de esporte, 02 bibliotecas e outros espaços designados a funções pedagógicas. Contribuindo para a qualificação do processo de ensino, o colégio conta com cerca de 270 professores, 92 funcionários e 3.100 alunos. Desenvolve suas funções ativamente nos três turnos - manhã, tarde e noite - com turmas de ensino primário, fundamental e médio, magistério (Curso Normal) e EJA (Educação de Jovens e Adultos) (PPP do CMP, 2010).

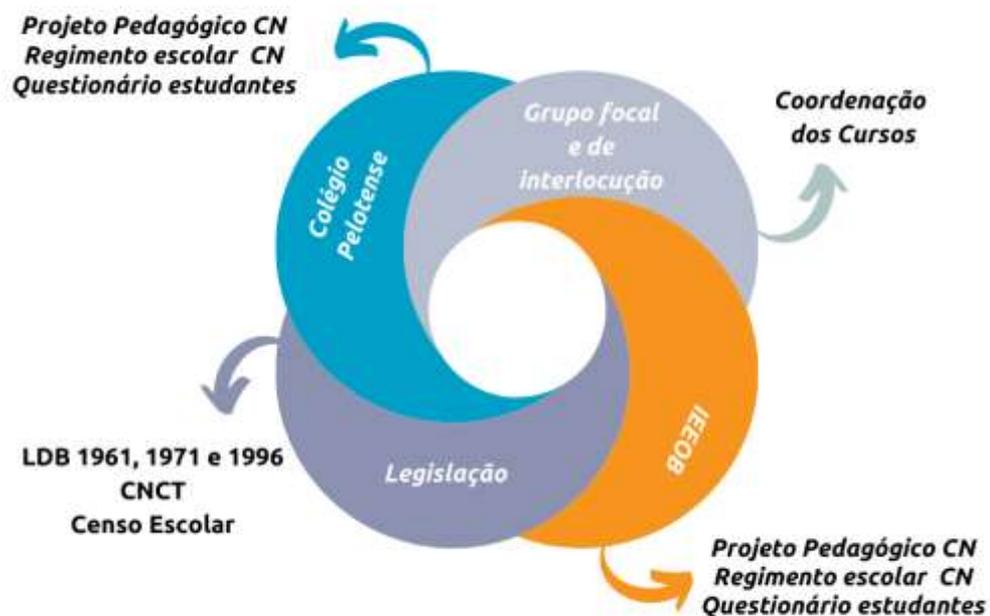
O espaço escolar é utilizado também pela comunidade e está sempre receptivo a universitários e a projetos externos que tenham por objetivo qualificar os processos de ensino e interação entre alunos do Colégio. Além disso, a escola também conta com associações internas, como o grêmio estudantil, grupos internos de dança, jogos e outros esportes. Em 2005, ocorreu a formação do Museu do Colégio, que hoje faz parte do patrimônio histórico do município (PPP do CMP, 2010).

## 2.2 ETAPAS, INSTRUMENTOS E ANÁLISE DA PESQUISA

Ao se tratar dos instrumentos para a produção de dados com a finalidade de subsidiar esta pesquisa, foram definidos a utilização de levantamento bibliográfico e documental acerca do Curso Normal, questionário, grupo focal e grupo de interlocução com os sujeitos das instituições, conforme ilustra a Figura 1. Tais instrumentos foram selecionados de modo a contemplar os objetivos deste estudo, retomados a seguir: O objetivo geral - analisar as

aproximações e distanciamentos dos sentidos de Curso Normal como EPT, a partir das políticas e experiências de formação de professores para os anos iniciais em escolas do Curso Normal de Santa Maria e Pelotas. E os objetivos específicos - I) Sistematizar o Curso Normal no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos em suas quatro edições e na Educação Profissional no Brasil; II) Contextualizar a política de formação de professores em nível médio e a política da Educação Profissional; III) Elaborar referencial teórico sobre a historicidade do Curso Normal em escolas públicas de Santa Maria e Pelotas e IV) Compreender a situação da formação de professores atualmente nas escolas de Santa Maria e Pelotas.

**Figura 1** - Representação esquemática da produção dos dados.



**Fonte:** autoria própria, 2020.

Em um primeiro momento, iniciou-se a pesquisa bibliográfica, que foi realizada através de repositórios virtuais, quando se buscou por trabalhos acadêmicos que abordassem, principalmente, o Curso Normal das escolas estudadas. A partir da baixa quantidade de estudos<sup>4</sup>, realizou-se, também, pesquisa na biblioteca da escola antes de ser decretada a

<sup>4</sup> Destaca-se que os estudos que foram buscados em repositórios foram aqueles que abordassem o Curso Normal como centralidade, e esses que foram encontrados sem quantidade expressiva. No entanto, os estudos realizados nas instituições e que apresentam o Curso Normal como plano de fundo são diversos.

necessidade do isolamento social, devido à pandemia<sup>5</sup> ocasionada pelo coronavírus, na intenção de encontrar obras que retratem o histórico das instituições.

Em um segundo momento, foi realizado um questionário com os estudantes dos Cursos. Optou-se por realizar questionário *online* (Apêndice I), já que tal recurso se mostra necessário de acordo com o momento atual, no qual o mundo enfrenta uma pandemia viral, causada pelo vírus SarsCov 2. O questionário foi elaborado com a finalidade de caracterizar os estudantes e suas percepções sobre o Curso Normal, sendo implementado por meio do *Google Forms* e obteve um total de dezenove respostas (dez respostas dos estudantes do CMP e nove do IEEOB). Ao mesmo tempo, foi feito o levantamento e análise documental das versões das Leis de Diretrizes e Bases e dos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos disponibilizados na *internet*, bem como os Projetos Políticos Pedagógicos das instituições, que foram disponibilizados devido ao contato com as escolas. A partir dos documentos, foram realizadas leituras e buscas nos arquivos, com vistas a encontrar informações que fomentassem as discussões sobre as políticas do Curso Normal abordadas nesta pesquisa.

A próxima etapa foi a realização do grupo focal (Apêndice II) com as coordenadoras dos referidos Cursos estudados das Instituições, devido às condições singulares vivenciadas por conta da pandemia, o número de participantes do grupo focal foi reduzido, mesmo sendo realizado *on-line*, por plataforma de vídeo chamada. Apesar do número reduzido de participantes, foi necessária a realização de dois encontros devido às discussões e os debates sobre a temática terem sido intensos, o que evidencia o interesse dos interlocutores envolvidos. O grupo focal<sup>6</sup> é visto como uma maneira de articular opiniões referentes a determinado tema, entre diferentes sujeitos, ocorrendo com o grupo de indivíduos que participa do estudo que vem sendo realizado (GATTI, 2005).

Além da realização do grupo focal, ainda foram mantidas as pesquisas e análises documentais com vistas a fomentar a discussão das hipóteses levantadas para a não consideração do Curso Normal como pertencente a Educação Profissional e Tecnológica, fazendo com que estejam ausentes das políticas de EPT, sendo as hipóteses: i) o Curso ser considerado ultrapassado, devido à sua característica histórica; ii) por formar profissionais para

---

<sup>5</sup> A pandemia foi decretada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, momento em que a doença Covid-19, causada pelo novo coronavírus Sars-Cov-2, já se encontrava em diversos continentes e em situação de transmissão sustentada. **OMS DECLARA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS**. OMS declara pandemia de coronavírus. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 29 Oct. 2020.

<sup>6</sup> O grupo focal foi realizado em dois encontros, o primeiro deles ocorrido no dia 20 de janeiro de 2021 e o segundo realizado em 03 de fevereiro de 2021.

um trabalho considerado improdutivo, ou até por incompreensão dos sentidos dos termos “técnico” e “tecnológico”, não é considerado nem técnico, nem tecnológico.

Os dados produzidos com o questionário, o grupo focal, o grupo de interlocução e as pesquisas e análises documentais bibliográficas foram submetidos à Análise dos Movimento de Sentidos (AMS). Essa técnica de análise permite ir além da descrição, não apenas conhecendo o tema estudado, como também seu contexto e os diferentes sentidos atribuídos (FERREIRA, CALHEIROS e SIQUEIRA; 2020). Para as autoras Ferreira, Braido e De Toni, um dos objetivos da AMS é

[...]estudar os sentidos em suas variações, incidências, repetições, faltas e exageros, etc., ou seja, em seus movimentos. [...] caracteriza-se como um estudo de linguagem, realizado com base em organização, reorganização, comparação, cotejamento e sistematização dos discursos. (FERREIRA; BRAIDO; DE TONI, 2020, p. 04).

Desse modo, ainda indicam que a técnica pode “aliar interpretação, análise, compreensão” para que seja possível evidenciar os sentidos assumidos pelos discursos. Na seção seguinte, serão abordados, em maiores detalhes, os procedimentos de análise empregados.

O grupo de interlocução apresentado por Fiorin (2012, p. 10) como “um momento de interação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa a fim de socializar os resultados do estudo e discutir sobre estes dados e sobre questões que ainda necessitam ser ampliadas”, vem sendo implementado nas pesquisas realizadas nos Grupos Kairós e Transformação como “complemento da pesquisa, não sendo a única técnica de coleta de dados” (FERREIRA et al., 2014, p. 203). Nesse sentido, o grupo de interlocução é um momento no qual pesquisador e interlocutores podem discutir acerca dos resultados encontrados após a análise, de modo que seja possível novas considerações por parte dos interlocutores, e a produção de novos dados e revisão dos dados por parte do pesquisador, para Ferreira, et al. (2014, p. 192) “o grupo de interlocução é mais do que uma coleta, apresentação ou quantificação dos dados, é um momento de problematização conjunta acerca da pesquisa”.

Após realizada a análise, mas ainda possível de ser revista, o grupo de interlocução ocorreu via videoconferência, contanto com a participação de apenas uma das professoras, do Colégio Municipal Pelotense, pois a coordenação da outra instituição pesquisada não se encontra mais na gestão nem na própria instituição. Na próxima seção, a ênfase será dada na Análise dos Movimentos de Sentidos, que além de técnica de análise se caracteriza como aporte teórico-metodológico deste estudo. Posteriormente, para apresentação dos dados produzidos e

preservação do anonimato dos participantes, os estudantes foram codificados de duas formas: letra P para os estudantes de Pelotas e SM para os estudantes de Santa Maria e um numeral, a exemplo: P1, P2... SM1, SM2...; a participação do Grupo Focal também foi codificada como GF1 – X, GF1 – Y; GF1 - Z, para o primeiro grupo focal com falas das coordenadoras, GF2 – X; GF2 – Y e GF2 -Z, para o segundo grupo focal com discursos das coordenadoras; e GI para os discursos da coordenadora no grupo de interlocução.

### 2.3 ANÁLISE DOS MOVIMENTOS DE SENTIDOS

Ao retomar a problematização desta pesquisa que visa compreender *quais as aproximações e distanciamentos dos sentidos de Curso Normal como EPT, a partir das políticas e experiências de formação de professores para os anos iniciais em escolas do Curso Normal de Santa Maria e Pelotas?* recorreu-se à técnica de produção de dados através de um grupo focal em dois encontros, quando foram levantadas questões norteadoras para as professoras coordenadoras de ambos Cursos pesquisados, posteriormente o grupo de interlocução. Além disso, também foi implementado, junto aos estudantes do Curso normal das instituições pesquisadas, um questionário que buscava reconhecer os sujeitos atuais dos cursos, bem como suas aspirações e as situações que vivenciam cotidianamente. Optou-se pela técnica da pesquisa documental e bibliográfica para encontrar as políticas educacionais que tratam sobre a Educação Profissional e Tecnológica e, assim, por intermédio da Análise dos Movimentos de Sentidos (AMS), verificar os sentidos de aproximação e distanciamentos entre o Curso Normal e a EPT.

A AMS, para Ferreira, Corrêa e Andrighetto (2021, p. 03), pode ser entendida como “fundamento teórico-metodológico desenvolvido pelo Grupo Kairós para ser aplicado, em especial, nas pesquisas em educação”, os autores ainda destacam que a AMS se caracteriza como fundamento teórico-metodológico, indo além de um instrumento de análise e interpretação de dados. Então, é importante que o pesquisador se aproprie dos dados produzidos, estabeleça momentos de leituras e releituras, podendo, para isso, utilizar instrumentos que cooperam para sua compreensão como a organização de tabelas, figuras, entre outros, pois o contato com os dados produzidos com leituras e releituras destes discursos possibilitaram a descrição de categorias e sentidos.

No entanto, destaca-se que

A AMS alia interpretação, análise, compreensão, objetivando adentrar nos discursos, evidenciando sentidos que se confirmarão ou não, quando cotejados com outros. O ir e vir ao texto, a leitura recorrente, atividade intensa dos leitores/pesquisadores é auxiliada pela elaboração de instrumentos de análise, tais como tabelas, sínteses, esquemas, desenhos, quadros etc. Nestes instrumentos vai-se compondo uma leitura aprofundada, na qual os sentidos se evidenciam como resultados da análise. Parte-se, então, para sínteses, ou seja, agrupamento dos sentidos em suas semelhanças, com o intuito de ir recompondo o texto, agora significado (FERREIRA; BRAIDO; DE TONI, p. 04-05).

A partir das considerações, os dados foram organizados em tabelas e retomados em diferentes momentos de modo a identificar seus sentidos aproximações e/ou distanciamentos por meio dos discursos dos interlocutores da pesquisa e, a partir disso, foram elencadas algumas categorias que aproximam e/ou distanciam o CN da EPT. São elas:

a) Formação para o trabalho (aproximação): tanto o Curso Normal quanto a EPT têm como principal objetivo formar trabalhadores ao nível médio.

*P1: //E o que muitos pais querem, que os alunos façam o Curso Normal justamente por ter uma profissão. Entre tu fazer o ensino médio, e tu fazer o Curso Normal, tu vai ter uma profissão que né... dependendo da instituição, tu vai conseguir trabalhar, tu vai ter uma renda, e assim por diante//.*

Art. 4º A Educação Profissional e Tecnológica, com base no § 2º do art. 39 da LDB e no Decreto nº 5.154/2004, é desenvolvida por meio de cursos e programas de: I - qualificação profissional, inclusive a formação inicial e a formação continuada de trabalhadores; (BRASIL, RESOLUÇÃO CNE 1, 2021).

b) Trabalho como princípio educativo (aproximação): ambos encontram no trabalho e em atividades experienciais de trabalho o intermédio entre teoria e prática, além da vivência do futuro mundo do trabalho para o qual estão sendo preparados.

*//nos projetos da nossa escola de aplicação, então assim as meninas têm aula num período e nós temos uma disciplina de prática que elas fazem a aplicação no outro período quando elas vão fazer a aplicação nós fazemos alguns projetos integrados// (GF2 – Y).*

*//eles veem na prática e ao longo do curso. Eles começam lá no segundo ano por monitoria, depois eles fazem uma prática de terceiro ano, depois eles fazem o pré-estágio, então eles vão vários momentos dentro da sala de aula pra ver o que a gente tá colocando né? pra que não se depare assim "ahh mas na teoria é uma coisa, na prática é outra", não. A gente tem que alinhar a teoria e prática// (GF1 – X).*

Art. 3º São princípios da Educação Profissional e Tecnológica: IV - centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia; VII - indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as

metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes; (BRASIL, RESOLUÇÃO CNE 1, 2021).

c) Trabalho para a Educação (distanciamento): A EPT forma trabalhadores comumente relacionados diretamente ao setor produtivo, enquanto o Curso Normal forma trabalhadores para a Educação, que se encontra em um cenário de precarização, com ausência de investimentos financeiro, tecnológico e humano.

*//é um Curso que sai caro pra alunas porque é uma escola pública, mas que a aluna vai ter que adquirir material, essa aluna vai ter que adquirir o que não seria o ideal, seria ideal comprar os livros, vai ter que produzir o material, xerox, enfim... então ele é um Curso que exonera muito as vezes as pessoas ficam impedidas de trabalhar em função de contraturno que geralmente um dia, dois dias, três dias, na semana nós temos um contra turno que eles vão desenvolver a atividades// (GF2 – Y).*

§ 2º A prática profissional de que trata o caput [cursos EaD] pode beneficiar-se do potencial da tecnologia utilizando recursos como simuladores, realidade virtual e laboratórios remotos, desde que comprovem e promovam a interatividade, a interação, o manuseio e a experimentação por parte do usuário para o desenvolvimento das capacidades previstas (BRASIL, RESOLUÇÃO CNE 1, 2021, grifo meu).

Destaca-se que os sentidos de aproximação e distanciamento foram evidenciados através da comparação entre os discursos das políticas e das falas geradas no grupo focal e nas respostas dos questionários. A seguir, cada uma das categorias será apresentada em subcapítulos com os argumentos que permitiram evidenciar tais sentidos, ora de aproximação, ora de distanciamento.

### 3. OS MOVIMENTOS PARA O DISSABOR DO OCASO: A HISTORICIDADE, AS POLÍTICAS E OS ESTUDOS ANTERIORES

*[...]Meus caminhos tão sem vida  
Mas o que me resta é tão pouco  
Ou quase nada, do que ir assim, vagando  
Numa estrada perdida  
A alvorada[...]* (Cartola, 1974).

O dissabor acompanha o ocaso nesta pesquisa, a concretude de um está ligada diretamente à concretude do outro. No entanto, com o Curso Normal encaminhando-se lentamente ao ocaso, já é possível sentir, mesmo que ainda breve, o gosto amargo desse dissabor. Destaca-se que o Curso Normal já teve seu deleite da alvorada, visto que a Escola Normal se apresentou como única forma de educação para futuros professores por muito tempo e, neste percurso histórico, contribuiu para a profissionalização do magistério. Como indica o estudo de Tambara (1998), a profissionalização apresenta relação estreita com outra característica atribuída ao Curso: a feminização e, por consequência, a feminilização. Em síntese,

[...] o que se observa é que a profissionalização do professor, em nosso estudo representada sobretudo pela obtenção do diploma de normalista, não significou a consolidação de uma estrutura organizacional, que transferisse às pessoas deste estamento prestígio proporcionalmente equivalente (TAMBARA, 1998; p. 36).

A partir dos argumentos de Tambara (1998), neste capítulo, busca-se a profissionalização do Curso Normal a partir das políticas de Educação. Assim, para contextualizar a política de formação de professores em nível médio e a política da Educação Profissional, organiza-se o capítulo em três seções: a historicidade do Curso Normal, a LDB e a ausência do Curso Normal no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e, posteriormente, apresentam-se estudos anteriores sobre o Curso Normal. Desse modo, pretende-se, além de construir reflexões sobre a política de formação de professores de nível médio, analisando os movimentos de aproximação e distanciamento dessa formação com a Educação Profissional, elaborar referencial teórico sobre a historicidade do Curso Normal.

#### 3.1 HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO E DO CURSO NORMAL

Ao tratar-se do histórico da educação nacional, é possível observar uma apresentação dos indícios de educação formal a partir da chegada dos jesuítas neste território. No entanto, a

educação já estava presente na sociedade composta pelos nativos que ocupavam a região, posteriormente chamado de Brasil. Apesar de não ser o foco central deste trabalho, a retomada histórica da educação no Brasil se mostra importante para a compreensão do surgimento da Escola Normal.

Saviani (2013), em sua obra “História das Ideias Pedagógicas no Brasil”, ao discorrer sobre o que o autor denomina como “uma pedagogia brasileira”, mais especificamente ao tratar da educação indígena, indica a presença da educação integral naquela sociedade, uma vez que “não havia instituições específicas organizadas, tendo em vista atingir os fins da educação. Por isso a educação era espontânea. E cada integrante da tribo assimilava tudo o que era possível assimilar, o que configurava uma educação integral” (SAVIANI, 2013; p. 38).

O autor mencionado também faz suas considerações sobre a vinda dos jesuítas, que embarcaram com a missão incumbida por Dom João III de converter o povo nativo para a religião católica. Para isso, foram criadas escolas, colégios e seminários e, dessa forma, no ano de 1549, haveria a intenção de aproximar-se do ensino formal, através das instituições criadas. Ainda, de acordo com as ideias de Saviani (2013, p. 31), “há uma estreita simbiose entre educação e catequese na colonização do Brasil”, visto que as duas eram ministradas pela ordem religiosa daquele período.

Apesar da intenção da instrução voltada para os nativos, após anos, os jesuítas apresentavam-se imersos em uma pedagogia universalista e elitista. Para Saviani (2013), universalista no sentido de ser abordada por toda rede jesuítica espalhada pelo território, e elitista por ser voltada aos filhos de colonos e não mais ao povo nativo. No entanto, as escolas fundadas pela Companhia de Jesus, como ficou conhecida a ordem religiosa jesuítica responsável pela disseminação e instrução de conhecimentos na terra descoberta, espalharam-se por todo o território e, em 1750, eram 728 escolas.

Após nove anos passados, em 1759, os jesuítas foram expulsos do território nacional, após os comerciantes verem como insustentável a situação da produção pelos jesuítas que contavam com a mão de obra escrava dos índios, apesar de não ser claramente apresentada assim a relação de trabalho estabelecida entre os índios e os jesuítas, e, principalmente, não haver necessidade deles pagarem quaisquer impostos, além da indisposição que os mesmos dispunham com as coroas de Portugal e da Espanha, após a união das coroas que se deu com o Tratado de Madrid (SAVIANI, 2013).

Com a saída da Companhia de Jesus do território, quem passou a manter o ensino foi a Coroa, a partir da implementação de aulas régias nas quais os alunos eram atendidos por leigos, que detinham certos conhecimentos (OYARZABAL, 2008). Enquanto ocorriam reformas em

todos níveis de ensino em Portugal, através das políticas estabelecidas pelo Marquês de Pombal, principalmente nas Escolas Superiores, que até então eram comandadas pelos Jesuítas, no Brasil colônia, foi dada atenção para a formação profissional apenas em 1808, com a criação da Escola de Cirurgia da Bahia, data que culmina com a chegada da família real em solo brasileiro (MACIEL, SHIGUNOV NETO; 2006).

No entanto, a atenção para a formação dos professores iniciou-se no século XIX, no ano de 1835, quando no Rio de Janeiro foi instalada a primeira Escola Normal (RIO DE JANEIRO, Lei nº 10, 4/04/1835). Dessa forma, com vistas a atender a demanda por formação de profissionais para o ensino elementar, foram instauradas escolas Normais pelo território brasileiro (Figura 2): Bahia em 1836; Mato Grosso em 1842; São Paulo em 1846; Piauí em 1864; Rio Grande do Sul em 1869; Paraná e Sergipe em 1870; Espírito Santo e Rio Grande do Norte em 1873; Paraíba em 1879; Rio de Janeiro (DF) e Santa Catarina em 1880; Goiás em 1884; Ceará em 1885 e Maranhão em 1890 (NASCIMENTO, 2018).

**Figura 2** - Mapa com criação das Escolas Normais pelo território brasileiro.



**Fonte:** Adaptado de Nascimento (2018).

As escolas Normais foram disseminadas pelo território brasileiro em um período em que o país já estava independente de Portugal e buscava se constituir e se consolidar e viam a instrução como maneira de romper com o passado colonial, superando as barbáries e mazelas das ruas (VILLELA, 1990). A implementação de escolas para o preparo de professores também estava associada a outra característica: o início da profissionalização do magistério.

O processo de criação da Escola Normal, bem como a própria economia, movia-se lentamente, como destaca Tambara (2008), em sua retomada histórica sobre as escolas

formadoras de professores no Estado do Rio Grande do Sul. O autor ainda indica o constante adiamento da disseminação das instituições pela Província, mesmo estando presente no discurso político da época. Devido a essa demanda, a profissionalização dos professores e a apropriação da “ciência pedagógica”, que não era atendida pelo Estado, estabeleceram-se parcerias com instituições privadas e escolas seminaristas.

Entretanto, apesar de poucas, houve implementações de instituições por parte do Estado, entre elas, a criada em Santa Maria em 1901, hoje conhecida como Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. A instituição efetivada pelo Estado, que atenderia à formação profissional de professores na região de Pelotas, surgiria posteriormente, a partir do Decreto nº 4.277, de março de 1929. Dessa forma, de acordo com Tambara (2008), no ano de 1943, existiam 25 instituições que ofertavam o Curso Normal no Rio Grande do Sul: 7 oficiais, 18 equiparadas e 3 rurais.

Posteriormente, será apresentada a historicidade das instituições pesquisadas desde suas implementações e atentando, especialmente, para a constituição do Curso Normal. O reconhecimento e apresentação do histórico de ambas as instituições se mostram relevantes para compreender os movimentos sociais de uma determinada época que justificam a criação de um curso profissional para formação de professores, além de contribuir para a divulgação científica, uma vez que são poucos os estudos que relatam o caráter histórico das instituições. Na próxima seção, abordam-se as políticas educacionais, mais precisamente as versões da Lei de Diretrizes e Bases e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e o modo como essas apresentam a Educação Profissional e o Curso Normal.

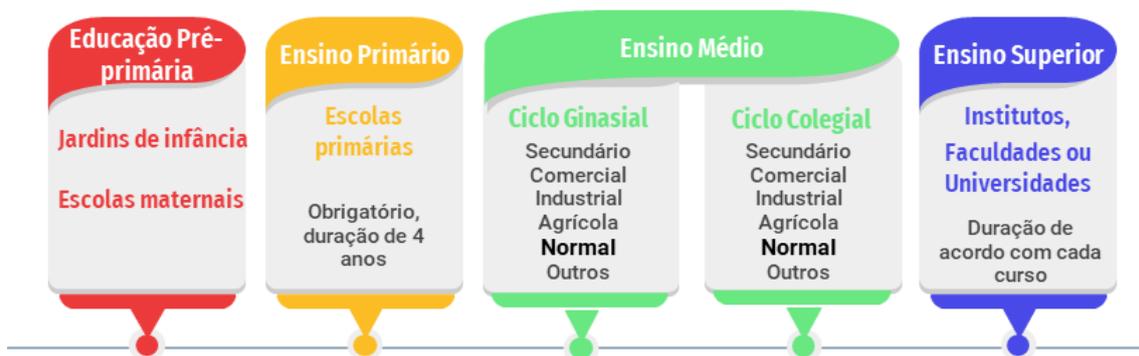
### 3.2 AS LDBS E A NÃO PRESENÇA DO CURSO NORMAL NO CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS

Com a intenção de compreender os movimentos do Curso Normal de aproximação e distanciamento da Educação Profissional, retoma-se, a seguir, as LDBs. Inicia-se com a primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 4.024 de dezembro de 1961. Ao retomar o contexto em que o país estava inserido quando a Lei foi implementada, encontrou-se um cenário incerto, no qual estratégias político-partidárias colocavam o Brasil a caminho do estado cívico-militar. Na presidência, estava João Goulart e seu governo pode ser dividido em dois momentos: o primeiro deles parlamentarista e o segundo presidencialista. Foi no segundo momento que ocorreram reformas em diversas áreas, entre elas, a educacional. O

governo de João Goulart se deu de 1961 até 1964, quando foi deposto da presidência do Brasil (DELGADO, 2010).

A primeira LDB permaneceu vigente e fazia apontamentos importantes para o cenário educacional. Entre eles, a estruturação da educação brasileira (Figura 3) em Educação Primária, envolvendo escolas maternas e jardins de infância, Ensino Primário de caráter obrigatório, Ensino Médio, dividido entre o ciclo Ginásial e Colegial e o Ensino Superior. A primeira menção à formação de professores em nível médio nessa legislação ocorreu no Capítulo I – Do Ensino Médio – mais precisamente no Art. 34 ao indicar que “O Ensino Médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o Ensino Primário e Pré-primário” (BRASIL, 1961). A partir desse artigo, é perceptível a distinção entre os cursos técnicos e a formação de professores em nível médio, ou seja, o Curso Normal.

**Figura 3** - Organização da Educação a partir da LDB de 1961



**Fonte:** Adaptação da Lei de Diretrizes e Bases (1961).

Essas duas modalidades, cursos técnicos e Curso Normal, foram abordados em capítulos à parte. A ênfase aos cursos técnicos, no Capítulo III, pode ser atribuída ao próprio contexto em que o país estava se inserindo, uma vez que almejava ampliação de trabalhadores qualificados para a expansão industrial, através de implementação de multinacionais, além de expansão do potencial agrícola do país (PRADO, 2013). Para isso, foram propostos os ramos industrial, agrícola e comercial. A relação que se estabelecia entre a indústria e a educação era perceptível em diversos pontos, como no Art. 51 “As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas aos menores seus empregados [...]”. Além do Art. 31 que indicava a obrigatoriedade de empresas industriais e comerciais, com mais de 100 empregados, manterem o Ensino Primário gratuito aos filhos dos trabalhadores.

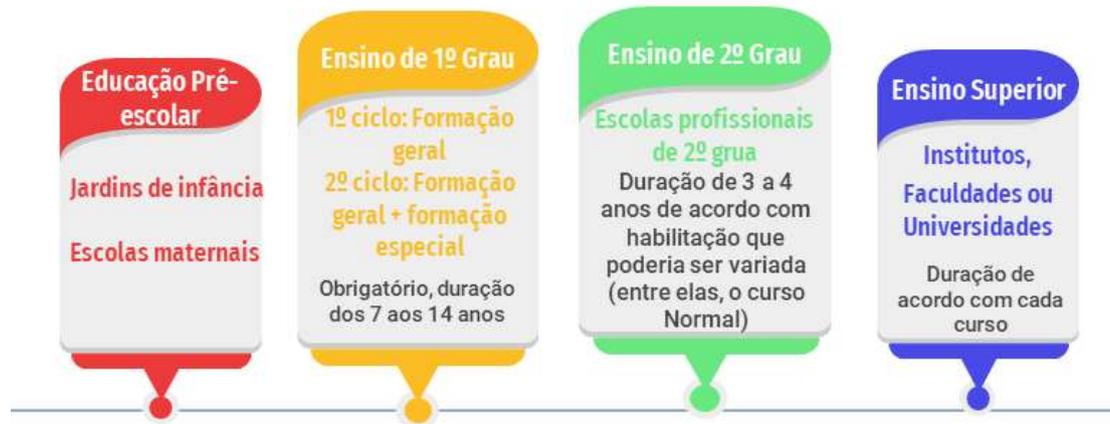
O Capítulo IV dessa versão da LDB tratava especificamente “Da Formação do Magistério para o Ensino Primário”, assim não estando inserido juntamente com os cursos apresentados nos ramos para o Ensino Médio, no capítulo anterior. A abordagem em capítulo distinto, provavelmente, não tenha se dado ao acaso, visto que, a partir deste marco legal, o Ensino Primário passou a ser obrigatório, o que poderia aumentar a demanda de professores com formação adequada naquele período. A obrigatoriedade do Ensino Primário é um indício da necessidade dos pais não deixarem as crianças desamparadas enquanto cumpriam sua jornada de trabalho.

Outro fator que pode ser atribuído a essa menção distinta do Curso Normal, em relação aos demais ramos de formação profissional, apresentados pela LDB de 1961, seria a não identificação do Ensino Normal como uma das possibilidades de formação técnica. No entanto, logo no primeiro artigo deste capítulo, o Art .52, consta: “O Ensino Normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao Ensino Primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância”, que acaba por reconhecer que, posteriormente, os professores egressos do Curso Normal deveriam desenvolver os conhecimentos “técnicos” abordados durante a formação profissional.

A formação profissional foi, de fato, intensificada na versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 5.692. A Lei foi implementada em contexto cívico-militar, no ano de 1971, com a economia acelerada e a expectativa de crescimento. A Lei tornou o principal foco do ensino de 2º grau a habilitação profissional, que objetivava basicamente a formação tecnicista para trabalho nas indústrias que se espalhavam, o que acabou gerando reflexos nas escolas, que deveriam atender a essa demanda. Entretanto, não havia qualquer tipo de preparo nem infraestrutura para suportarem essa nova formação.

A nova LDB fez alterações significativas na estrutura da educação brasileira, que foi organizada da seguinte forma: Educação Pré-escolar, o Ensino de 1º Grau de caráter obrigatório dos 7 aos 14 anos, o Ensino de 2º Grau e, por fim, o Ensino Superior (Figura 4). A legislação apresentava um caráter utilitário do conhecimento, posto que visava à formação tecnicista através da profissionalização que deveria ocorrer simultaneamente ao ensino de 2º Grau.

**Figura 4** - Organização da Educação a partir da LDB de 1971



**Fonte:** Adaptação da Lei de Diretrizes e Bases (1971).

A “habilitação profissional”, como era apresentada a certificação após concluído o curso, poderia ocorrer no período de 3 a 4 anos durante o ensino de 2º Grau, mas com a nova Lei de Diretrizes e Bases, observava-se certa generalização dos eixos agrícola, industrial, comercial e normal apresentados na LDB anterior. Dessa forma, a legislação acabou por não abordar de maneira específica nenhum dos ramos. A intenção da profissionalização massiva, nesse período, pode ser justificada pela necessidade de formação de trabalhadores, que pudessem ocupar a base da pirâmide econômica que crescia em ritmo acelerado e acentuava a desigualdade econômica e de classes no Brasil e ainda contribuía para a concretização do “milagre econômico”. Com isso, ainda fazer com que uma quantidade menor de estudantes chegasse ao Ensino Superior (SOUZA, 2016; BRASIL, 1971).

Desse modo, como já apresentado anteriormente, a LDB de 1971 acabou por não tratar com especificidade nenhum dos ramos de formação profissional. Entretanto, fez menção ao Curso Normal no seu Capítulo V “Dos Professores e Especialistas”, mais especificamente no Art. 30, quando apresentou a formação mínima para o exercício do magistério “a) no ensino de 1º grau, de 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau”. De acordo com o §1º deste mesmo artigo, esses profissionais formados em habilitação de 2º grau poderiam lecionar na 5ª e 6ª série do 1º grau, caso essa habilitação fosse obtida em quatro anos. De acordo com Saviani (2005),

Esse parecer previu duas modalidades básicas de curso, uma com a duração de três anos (2.200 horas), que habilitaria a lecionar até a 4ª série, e outra com duração de quatro anos (2.900 horas), habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º Grau. O currículo mínimo compreendia o núcleo comum, obrigatório em todo o território nacional e para todo o ensino de 1º e 2º Graus, destinado a garantir a formação geral; e uma parte diversificada, visando à formação especial (SAVIANI, 2005; p. 19).

Saviani (2009) indicou que essa nova estrutura educacional, concebida a partir da LDB de 1971, fez desaparecer as Escolas Normais e, em seu lugar, foi implementada a habilitação específica para o exercício do magistério:

O antigo curso normal cedeu lugar a uma habilitação de 2º Grau. A formação de professores para o antigo ensino primário foi, pois, reduzida a uma habilitação dispersa em meio a tantas outras, configurando um quadro de precariedade bastante preocupante (SAVIANI, 2009; p. 147).

Assim, a legislação que instituiu a obrigatoriedade da formação profissional acabou por não apresentar apontamentos específicos sobre a formação de professores em nível médio, fazendo com que ficasse dispersa em meio a tantas outras. Entretanto, ao mesmo tempo, apresentou indicações para a sua função no trabalho profissional. Além disso, a versão da LDB apresentava problemas como a própria falta de recursos para a adequação das instituições para ofertarem a profissionalização e ausência de professores com formação adequada para esses fins. A LDB de 1971 ficou vigente por 25 anos, até o ano de 1996, quando foi aprovada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A nova versão da LDB, vigente até os dias atuais, apresentou a Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 até os 17 anos, organizadas no Ensino Pré-escolar, Ensino Fundamental e Ensino Médio (Figura 5), em regime de colaboração entre as esferas públicas municipal, estadual e federal. Segundo a legislação, o Ensino Superior integra a educação escolar, mas não compõe a Educação Básica. Atentando para as indicações quanto à Educação Profissional e Tecnológica, que abrangem os cursos de “I – formação Inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio e III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós graduação” (BRASIL, 1996). Essa formação poderá ocorrer, quando em nível médio, de forma integrada, que é oferecida àqueles estudantes que tenham concluído o Ensino Fundamental e apresentem uma matrícula; concomitante, para aqueles estudantes que estejam cursando o Ensino Médio, podendo ocorrer na mesma instituição ou instituição distinta da formação geral e subsequente, quando já tenham concluído o Ensino Médio.

**Figura 5** - Organização da Educação a partir da LDB de 1996



**Fonte:** Adaptação da Lei de Diretrizes e Bases (1996).

O contexto que envolveu a elaboração e implementação da Lei de Diretrizes e Bases instaurada em 1996 foi marcado por disputas de caráter políticos-ideológicos com envolvimento de organizações sindicais, dirigentes educacionais, estudantis e acadêmicos-científicas e “de fato, o conteúdo dessa disputa transcende o campo jurídico e atinge dimensões ideológicas sobre concepções de mundo, que se concretizam em escolhas epistemológicas e metodológica no desenvolvimento das propostas educacionais” (RAMOS, 2010, p. 43). As discussões iniciaram em 1986 com os projetos da nova Lei. As disputas evidenciaram a importância e centralidade de uma política de tal proporção, visto que apresenta relação também com a construção do ideal de sociedade, que a pouco estava inserida em período cívico-militar. Uma das disputas decorridas nesse período de tramitação da legislação foram entre a educação pública e privada,

[...] tendo como foco a relação conflitante entre a defesa da escola pública, laica, gratuita para todos e de qualidade socialmente referenciada em todos os níveis de escolarização, e o ensino privado, administrado pelos empresários que não encontraram obstáculos da sociedade política para transformar em mercadoria o direito à educação preceituado na Constituição de 1988 (BRZEZINSKI, 2010, p. 190).

Os projetos para a nova legislação contaram com participações dos professores e entidades civis que até certa medida foram contemplados, ou ao menos ouvidos por parlamentares, que após idas e vindas das versões para a nova Lei, implementaram-na conforme a exigência do governo federal. Na presidência, estava Fernando Henrique Cardoso, e muitas das alterações que ocorreram neste período, permanecem até os dias atuais, como o surgimento do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério que, em 2006, tornar-se-ia o FUNDEB - Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a criação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, que naquele período não apresentava como principal finalidade o acesso ao Ensino Superior como nos dias atuais (BOLLMANN; AGUIAR, 2017).

Ramos (2010) esclarece a situação da Educação Profissional nesse contexto, ao indicar que essa poderia ser acrescida a formação básica e, assim, preparar os estudantes para exercícios da profissão na sua respectiva formação. Entretanto, a formação profissional nunca substituiria a formação básica, que continha como etapa final o Ensino Médio composto por, no mínimo, 2.400 horas. A autora ainda relata que essa teria sido uma lei minimalista, mas que permitiu uma série de reformas educacionais. Entre as reformas, está a publicação do Decreto 2.208/97, que regulamentou a Educação Profissional e sua relação como Ensino Médio e “acabou eximindo qualquer sistema de ensino da responsabilidade de ofertá-la e financia-la” (RAMOS, 2010, p. 42) tornando a oferta possível somente em instituições federais, em virtude do orçamento demandado. Nessa medida, ainda de acordo com Ramos (2010), as políticas como, por exemplo, o FUNDEB, foram importantes, mas não suficientes para o enfrentamento das problemáticas que envolvem o Ensino Médio.

A versão de 1996 da LDB acaba por não apresentar apontamentos específicos para os cursos de caráter profissional, além de desvinculá-los do Ensino Médio, apresentou novas diretrizes organizacionais. Desse modo, também não apresentou encaminhamentos específicos sobre a formação de professores em nível médio, apesar de, em diversos momentos, fazer referência a essa formação, como ao indicar a gratuidade da Educação Infantil, o que acaba por aumentar a demanda da formação de professores, fazendo necessária a continuidade da formação em nível médio. Destacam-se as considerações da LDB feitas ao Curso Normal, quando trata “Dos Profissionais da Educação”, mais precisamente no seu Art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na **modalidade normal**. (BRASIL, 1996) (Redação dada pela Lei nº13.415 de 2017) (grifo do meu).

A partir deste artigo, que apresenta três redações<sup>7</sup>, fica assegurada a formação em nível médio como suficiente para o trabalho de professores na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para Saviani (2005), há falhas no referido artigo:

---

<sup>7</sup> Art. 62. “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação

A referida falha consiste em que, no artigo 62, fixa-se a regra de que a formação de docentes para a educação básica será feita em nível superior. Mas, no mesmo artigo, se introduz a exceção, admitindo-se como formação mínima o nível médio, sem estabelecimento de prazo. E somente nas “Disposições Transitórias”, no mencionado parágrafo do artigo 87, se fixa um prazo de dez anos para a que a regra passe a valer plenamente. Ora, em termos de técnica legislativa caberia fixar, no corpo da lei, a regra e, nas disposições transitórias, admitir-se a exceção no período de transição. Assim, o artigo 62 deveria, simplesmente, estabelecer que a formação de docentes para a educação básica seria feita em nível superior. E, nas disposições transitórias, registrar que, até o fim da década da educação se admitiria, como formação mínima a oferecida em nível médio. Nesse caso, sim, caberia na redação a expressão “até o fim da década”, referida em nível médio, que deveria cessar, dando lugar à norma fixada pela lei que exige a formação em nível superior (SAVIANI, 2005; p. 23).

No entanto, no referido artigo da LDB, destaca-se à expressão “modalidade normal”, que apresenta considerações importantes, uma vez que acaba por revelar a concepção da legislação sobre essa formação, tratando-a como modalidade e não como uma das possibilidades de cursos profissionais integrados à formação básica geral, o que pode ser confirmado com a ausência do Curso Normal no Catálogo Nacional de Curso Técnicos. Sendo considerado modalidade, o Curso acaba por ficar ausente da legislação que regulamenta e organiza a Educação Profissional.

Ao tratar o Curso Normal como modalidade, a LDB gera uma situação na qual o Curso perde sua identidade, já que apresenta as características como, por exemplo, a formação profissional articulada com a formação geral, atribuídas pela legislação aos cursos profissionais de Ensino Médio Integrado, mas a legislação referente a essa categoria não se aplica ao Curso.

Algumas dessas características presentes no Curso Normal e descritas no Capítulo II da Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, do Conselho Nacional de Educação, são os próprios princípios da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio, entre eles “VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem” que, no Curso, fica evidente através dos Colégios de Aplicação, e “VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular”, o que pode sugerir uma aproximação da EPT através da formação para o trabalho, que será apresentado posteriormente.

---

mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (Regulamento)” (BRASIL, 1996).

Art. 62. “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)” (BRASIL, 2013).

Apesar das semelhanças anteriormente descritas, sua ausência no Catálogo Nacional de Curso Técnicos, fica evidente à medida que os cursos são apresentados de acordo com eixos temáticos e tecnológicos, nas quatro versões são apresentados os eixos abaixo, de acordo com o Quadro 1.

**Quadro 1** - Eixos Tecnológicos apresentados nas quatro versões do Catálogo Nacional de Curso Técnicos

2008	2012
Ambiente, Saúde e Segurança	Ambiente e Saúde
Apoio Educacional	Controle e Processos Industriais
Controle e Processos Industriais	Desenvolvimento Educacional e Social
Gestão e Negócios	Gestão e Negócios
Hospitalidade de Lazer	Informação e Comunicação
Informação e Comunicação	Infraestrutura
Infraestrutura	Militar
Militar	Produção Alimentícia
Produção Alimentícia	Produção Cultural e Desing
Produção Cultural e Desing	Produção Industrial
Produção Industrial	Recursos Naturais
Recursos Naturais	Segurança
	Turismo, Hospitalidade e Lazer
2014	2021
Ambiente e Saúde	Ambiente e Saúde
Controle e Processos Industriais	Controle e Processos Industriais
Desenvolvimento Educacional e Social	Desenvolvimento Educacional e Social
Gestão e Negócios	Gestão e Negócios
Informação e Comunicação	Informação e Comunicação
Infraestrutura	Infraestrutura
Militar	Produção Alimentícia
Produção Alimentícia	Produção Cultural e Design
Produção Cultural e Design	Produção Industrial
Produção Industrial	Recursos Naturais
Recursos Naturais	Segurança
Segurança	Turismo, Hospitalidade e Lazer
Turismo, Hospitalidade e Lazer	Militar

**Fonte:** Adaptação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2008; 2012; 2014 e 2021).

No entanto, o eixo que trata do desenvolvimento educacional não engloba o Curso Normal em nenhuma das quatro versões. Os cursos apresentados por esse eixo tecnológico, ou seja, aqueles cursos que compõem o eixo de Apoio Educacional em 2008 e os eixos de Desenvolvimento Educacional e Social de 2012, 2014 e 2021, respectivamente, são apresentados no quadro a seguir (Quadro 2):

**Quadro 2** - Cursos apresentados no eixo Desenvolvimento Educacional e Social nas três versões do CNCT.

2008	2012
Técnico em Alimentação Escolar	Técnico em Alimentação Escolar
Técnico em Biblioteconomia	Técnico em Biblioteconomia

Técnico em Infraestrutura Escolar	Técnico em Infraestrutura Escolar
Técnico em Multimeios Didáticos	Técnico em Ludoteca
Técnico em Orientação Comunitária	Técnico em Multimeios Didáticos
Técnico em Secretaria Escolar	Técnico em Orientação Comunitária
	Técnico em Produção de Materiais Didáticos Bilingue em Libras/Língua Portuguesa
	Técnico em Secretaria Escolar
	Técnico em Tradução e Interpretação de Libras
	Técnico em Treinamento de Cães-Guia
<b>2014</b>	<b>2021</b>
Técnico em Alimentação Escolar	Técnico em Alimentação Escolar
Técnico em Biblioteconomia	Técnico em Arquivo
Técnico em Infraestrutura Escolar	Técnico em Biblioteconomia
Técnico em Ludoteca	Técnico em Brinquedoteca
Técnico em Multimeios Didáticos	Técnico em Desenvolvimento Comunitário
Técnico em Orientação Comunitária	Técnico em Infraestrutura Escolar
Técnico em Produção de Materiais Didáticos Bilingue em Libras/Língua	Técnico em Laboratório de Ciências da Natureza
Técnico em Secretaria Escolar	Técnico em Multimeio Didáticos
Técnico em Tradução e Interpretação de Libras	Técnico em Produção de Materiais Didáticos Bilingues em Libras/Língua Portuguesa
Técnico em Treinamento de Cães-Guia	Técnico em Secretaria Escolar
	Técnico em Tradução e Interpretação de Libras
	Técnico em Treinamento e Instrução de Cães-Guias

**Fonte:** Adaptação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2008; 2012; 2014 e 2021).

Com os cursos apresentados pelas quatro versões do Catálogo, fica evidente a ausência do Curso Normal. Assim, acaba o afirmando como modalidade de ensino mediante as políticas da Educação Profissional, conforme mencionado no Art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Esse distanciamento entre as políticas educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica e o Curso Normal pode ser atribuído a dois fatores principais: i) o primeiro, devido à sua historicidade, que o caracteriza como um dos primeiros cursos profissionais do país e, por conta disso, pode acabar sendo considerado ultrapassado, não necessitando da demanda e esforços legislativos para o prosseguimento e manutenção do Curso que, até os dias atuais, segue formando professores. Também, desde a Lei Orgânica do Ensino Normal, última vez que apresentou legislação específica, passou a se afastar da EPT de maneira que, nos dias atuais, não se reconhece nas políticas públicas educacionais; ii) o segundo, a não identificação do Curso Normal como sendo um curso técnico ou tecnológico, por não estar relacionado a uma formação que, posteriormente, resultaria na produção de capital, mas sim “trabalhadores pedagógicos” (FERREIRA, 2017). Os termos “técnico e tecnológico” acabam por terem sua compreensão limitada, estando comumente relacionado ao “mero adestramento em técnicas produtivas” (SAVIANI, 2007, p. 161), ao trabalho pela força braçal, e não a “união entre formação intelectual e trabalho produtivo, que caracteriza a formação politécnica e tecnológica” (SAVIANI, 2007).

Apesar da desconsideração do Curso Normal nas políticas de EPT, como apresentado anteriormente, o Programa Novos Caminhos, lançado em 2019, que tem como proposta o fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica, acaba por abordá-lo de forma genérica. A justificativa para implementação de tal Programa apresenta dados estatísticos do Censo Escolar, como número de estudantes matriculados nos diferentes cursos e eixos tecnológicos. Dentre os eixos apresentados no Programa, que são os mesmo que constam no Quadro 1, o documento apresenta o “Magistério” como um eixo distinto, o que infere que não pertence ao eixo de Desenvolvimento Educacional e Social. A presença do Curso entre os diferentes eixos pode ser uma tentativa de não inviabilizar um número expressivo de estudantes, cerca de 10.691 estudantes no caso do RS. No entanto, acaba por não dar nenhum encaminhamento satisfatório ao Curso e ainda pela sua nomenclatura desatualizada, uma vez que agora não se trata mais de uma “Habilitação em Magistério”, como era designado pela LDB de 71, e sim um curso de nível médio.

Assim, mediante esse distanciamento das políticas de Educação Profissional, o Curso Normal acaba sendo regulamentado por resoluções<sup>8</sup>, reafirmando a ausência de uma proposta de formação efetiva para estes profissionais. Desse modo, o Curso acaba por permanecer em um cenário de apagamento e caracteriza seu ocaso, mas continua a preparar professores para o desempenho de trabalho com a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o que ao menos lhe é assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases vigente. Para Ferreira, Siqueira e Lampe (2020), o ocaso do Curso Normal inicia-se com a expansão da Educação Profissional e Tecnológica, com as Leis Orgânicas de 1942 e, posteriormente, em 2008 com a implementação da Rede de Educação Profissional e Tecnológica. Nesta dissertação, adotou-se o termo “ocaso” de acordo com as considerações feitas pelos autores mencionados acima, quando indicam que “ao referir-se ao ocaso do CN no Brasil, pretende-se pôr em relevo o sentido de derrocada, abarcando inquietações e incertezas e, de certo modo, compele a tentativa de compreender como esta modalidade, no decorrer do tempo, foi de um extremo a outro” (FERREIRA; SIQUEIRA; LAMPE, 2020, p. 223).

---

<sup>8</sup> BRASIL. **Parecer CEB nº 1 de 29 de janeiro de 1999** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores na Modalidade Normal em Nível Médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb001\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb001_99.pdf)> Acesso em 15 de out. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de abril de 1999** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em Nível Médio, na modalidade Normal. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb02_99.pdf)> Acesso em 15 de out. 2020.

Nessa perspectiva, Ferreira et al (2020) ainda advertem sobre a possibilidade do desaparecimento do Curso, mesmo tendo sido um importante caminho para os professores se constituírem. Esse futuro é incerto, mas evidente ao se observar a meta de número quinze do Plano Nacional de Educação:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (BRASIL, 2014).

A meta quinze do Plano Nacional de Educação prevê a formação em nível superior aqueles profissionais da educação dispostos nos incisos I, II e III do art. 61 da LDB atual (BRASIL, 2014). O inciso I refere-se aos “professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio”<sup>9</sup> (BRASIL, 1996). Todavia, com os números disponibilizados pelo observatório do PNE, observa-se que grande parte dos professores que ainda trabalham, possuem formação em nível médio conforme a Figura 6, ao evidenciar que, em média, de 60 a 70% dos professores possuem formação em nível superior em Santa Maria e Pelotas, embora não seja essa a realidade que se concretiza em todo país. De acordo com os dados disponibilizados, no Brasil, cerca de 50,6% dos professores possuem formação em nível superior e, com isso, 49,4% dos professores ainda contam com formação em nível médio, o que torna ainda mais importante a presença do Curso Normal nas políticas que tangem a EPT<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 com redação da Lei nº 12.014 de 2009, que “altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação”.

<sup>10</sup> PNE - Plano Nacional de Educação, Mec.gov.br, disponível em: <[http://simec.mec.gov.br/pde/grafico\\_pne.php#>](http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php#>), acesso em: 29 Out. 2020.

**Figura 6** – Situação da meta quinze do Plano Nacional de Ensino 2014-2024.



**Fonte:** Adaptação do Censo da Educação Básica (2015).

Por fim, de acordo com o exposto por Saviani (2009, p. 148), “ao longo dos últimos dois séculos, as sucessivas mudanças introduzidas no processo de formação docente revelam um quadro de descontinuidade, embora sem rupturas”. Percebe-se, portanto, que jamais foi encontrado algum encaminhamento satisfatório para a formação de professores que atenda à necessidade da educação escolar do país. Com isso, fica evidente a precariedade das políticas formativas de um Curso que acompanha o histórico da educação nacional, e que até os dias atuais se mostra importante para o preparo de professores para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

### 3.3 ESTUDOS ANTERIORES: O QUE DIZEM SOBRE O CURSO NORMAL

A partir da intenção de compreender como são apresentados os estudos referentes ao Curso Normal<sup>11</sup> das instituições estudadas neste projeto, realizou-se uma busca em repositórios de três instituições federais de Ensino Superior situadas no Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de

<sup>11</sup> Conforme mencionado anteriormente, a busca realizada foi por estudos que tenham o Curso Normal de ambas instituições como centralidade, e por isso justifica-se a baixa quantidade de estudos encontrados. O número expressivo de estudos trata da própria instituição, ou dos Cursos como plano de fundo, como sendo o lócus do desenvolvimento de atividades, etc.

Pelotas. A escolha se justifica pela história das instituições e pelo tempo que apresentam programas de pós-graduação relacionados à área de Educação. Além dessas, também foi realizada uma pesquisa nos repositórios dos Institutos Federais situados no Estado, sendo esses: i) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Sul (IFRS); ii) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFAR) e iii) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense (IFSul).

Foi, também realizada a busca por trabalhos sobre os Cursos no Portal de Teses e Dissertações da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com vistas a confrontar os resultados obtidos pelos portais das Universidades pesquisadas e aumentar o espectro de produções acadêmicas que tratassem da temática do Curso Normal. No entanto, ao procurar pelo Curso Normal em repositórios, há uma variável que pode acabar interferindo nos resultados obtidos já que o Curso, ao longo de sua trajetória, alterou sua nomenclatura. Inicialmente denominado Curso Normal, a partir da LDB de 71, passou a ser chamado de Magistério, mas com a LDB de 96 passou novamente a ser reconhecido como Curso Normal. Com isso, é comum as pessoas ainda se referirem ao Curso como “Magistério” ou ainda “o antigo Magistério”, que também virou sinônimo da denominação do trabalho dos professores e, ao serem utilizados nos trabalhos acadêmicos, em sua maioria, o termo é empregado como sinônimo para a função dos professores.

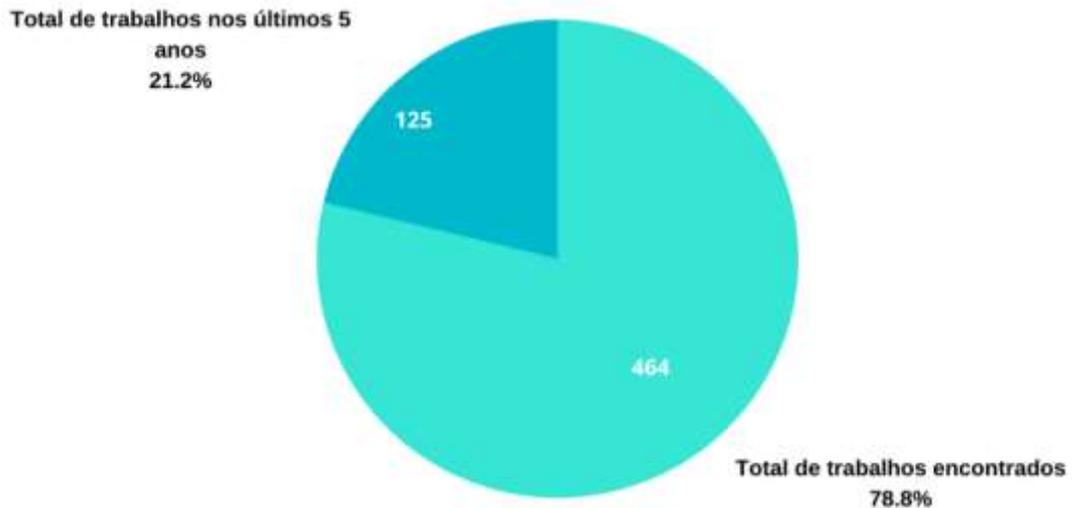
Então, para a pesquisa, foi utilizado o descritor “Curso Normal”, com filtros nos trabalhos dos últimos cinco anos, ou seja, de 2015 até o ano de 2020 e em seguida selecionada a universidade na respectiva ordem: i) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); ii) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e iii) Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

O estado do conhecimento se mostra como uma forma eficaz de produção de dados, visto que, a partir dos resultados encontrados, poderão complementar e fomentar a discussão deste estudo, pois como indicado por Lakatos (1992, p. 44) “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”.

Assim, ao realizar a busca, utilizou-se como descritor o termo “Curso Normal” como assunto nos três repositórios institucionais pesquisados, apresentando os resultados das buscas nos apêndices deste projeto, respectivamente: Manancial – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (Apêndice III); Lume – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (Apêndice IV); e Guaiaca – Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) (Apêndice V).

Com os trabalhos encontrados, foi possível a elaboração de um gráfico, (Figura 7), o qual indica que dos 464 trabalhos dispostos no catálogo, 125 são referentes aos cinco últimos anos, totalizando 21,2% de todos os trabalhos do catálogo.

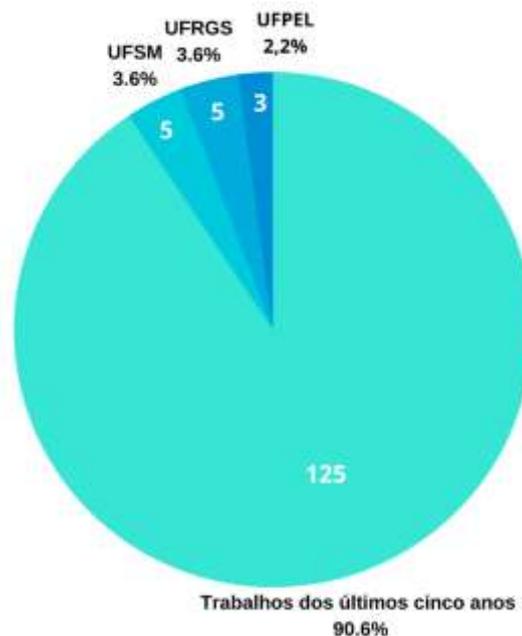
**Figura 7** - Relação percentual dos trabalhos sobre o Curso Normal no Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES.



**Fonte:** Autoria própria, 2020.

Com esse resultado, foi elaborado outro gráfico (Figura 8), que evidencia a quantidade de trabalhos encontrados nas referidas instituições durante o período estabelecido. Totalizam 13 trabalhos distribuídos nas três Universidades, sendo que o percentual de 9,4% dos trabalhos disponibilizados, nos últimos cinco anos, pertencem a estas instituições.

**Figura 8** - Relação percentual dos trabalhos sobre o Curso Normal das Universidades pesquisadas no Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Esses trabalhos encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES são apresentados nos Quadros abaixo. O Quadro 3 é referente aos trabalhos apresentados a programas de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Maria, entre os anos de 2015 a 2020, disponíveis no Catálogo Nacional de Teses e Dissertações.

**Quadro 3** - Trabalhos de pós-graduação referentes ao Curso Normal encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações de 2015 a 2020 referentes a UFSM

Autor	Título	Palavras-Chave	Ano	Curso
VARTHA, Dante Luis	Oficinas Pedagógicas na formação de professores dos anos iniciais – modalidade médio/Normal	Ensino de História. História Local. Oficinas Pedagógicas.	2018	Mestrado Profissional– PPG Ensino de História
FAGUNDES, Josiane Lara	O Trabalho Pedagógico, as políticas públicas de universalização da educação básica e o curso normal: entre cabotagens, naufrágios e travessias	Trabalho Pedagógico; Curso Normal; Políticas públicas de universalização da Educação Básica.	2015	Mestrado – PPG em Educação
GOMES, Adriana Cristina	Memórias “Bilaquianas” – o Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac na constituição docente de professoras	Curso Normal; Formação de professores; Trajetória profissional; Pesquisa (auto)biográfica.	2018	Mestrado Profissional – PPG Políticas Públicas e Gestão Educacional
BAIROS, Catia Pasotini	Histórias de vida e narrativas de quatro professoras normalistas	Histórias de Vida; Pesquisa Narrativa; Docência; Formação de Professores.	2018	Mestrado Profissional – PPG Políticas Públicas e

				Gestão Educacional
HETTWER, Mirian Cristina	Educação Infantil no município de Cachoeira do Sul/RS: impasses e perspectivas na formação de professores	Políticas públicas; Educação infantil; Formação de professores; Formação em contexto.	2018	Mestrado Profissional – PPG Políticas Públicas e Gestão Educacional

**Fonte:** Adaptado pelo autor, Catálogo de Teses e Dissertações, 2020.

O Quadro 4 refere-se aos trabalhos apresentados a programas de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no período de 2015 a 2020, que foram disponibilizados no Catálogo Nacional de Teses e Dissertações.

**Quadro 4** - Trabalhos de pós-graduação referentes ao Curso Normal encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações de 2015 a 2020 referentes a UFRGS

Autor	Título	Palavras-Chave	Ano	Curso
VARGAS, Ghisiane Spinelli	Uma abordagem do tema estruturante Matéria e Radiação no Curso Normal: a busca da criticidade na formação de professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental.	Ondas, Raios X, Paulo Freire, formação de professores, Ensino Normal.	2018	Mestrado Profissional – PPG Ensino de Física
BONFADA, Elisete Maria	A matemática na formação das professoras normalistas: o Instituto de Educação General Flores da Cunha em tempos de Matemática Moderna	História da Educação Matemática. Matemática Moderna. Formação de Professores que Ensinam Matemática. Curso Normal.	2017	Mestrado – PPG em Ensino de Matemática
BEGOSSI, Tuany Defaveri	A construção dos saberes disciplinares do Curso Normal da Escola Superior de Educação Física do estado do Rio Grande do Sul (1940-1956)	Curso Normal; Formação de professores; Escola Superior de Educação Física; História da Educação Física; Ginástica; Saberes Disciplinares.	2017	Mestrado – PPG em Ciências do Movimento Humano
RHEINHEIMER, Juliana Mercedes	Ensinar e aprender Matemática, ressonâncias da Escola Nova: um olhar sobre a formação de professores no Instituto de Educação General Flores da Cunha (1940-1955)	Escola Normal. Educação Matemática. Formação de Professores de Matemática. História da Educação Matemática.	2018	Mestrado – PPG em Ensino de Matemática
WERNER, Aline Seligson	As crenças de autoeficácia dos professores dos anos	Motivação, professores dos anos iniciais do ensino	2017	Mestrado – PPG em Música

	iniciais do Ensino Fundamental para ensinar música	fundamental, ensino de música.		
--	--	--------------------------------	--	--

**Fonte:** Adaptado pelo autor, Catálogo de Teses e Dissertações, 2020.

O Quadro 5 apresenta os trabalhos apresentados em programas de pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas, nos anos de 2015 a 2020, que foram disponibilizados no Catálogo Nacional de Teses e Dissertações.

**Quadro 5** - Trabalhos de pós-graduação referentes ao Curso Normal encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações de 2015 a 2020 referentes a UFPEL

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Palavras-Chave</b>	<b>Ano</b>	<b>Curso</b>
HEIDT, Makele Veronica	Matemática Moderna no Instituto Estadual de Educação Assis Brasil (1964-1979)	Matemática Moderna; Educação Matemática; Formação de Professores; Curso Normal; Instituto de Educação Assis Brasil.	2019	Mestrado – PPG Educação Matemática
SILVA, Vinicius Kercher da	Narrativas de Normalistas sobre a Matemática no Curso Normal do Instituto de Educação Assis Brasil (1955-1968)	História da Educação Matemática. História Oral. Matemática. Escola Normal. Instituto de Educação Assis Brasil.	2019	Mestrado Profissional – PPG em Ensino de Ciência e Matemática
SANTOS, Lourdes Helena Rodrigues dos	O trabalho coletivo na formação de professores: interações e saberes docentes compartilhados	Trabalho coletivo; Saberes docentes; Formação de professores.	2015	Doutorado – PPG em Educação

**Fonte:** Adaptado pelo autor, Catálogo de Teses e Dissertações, 2020.

O Quadro 6 trata dos trabalhos de pós-graduação realizados pelos Institutos Federais. O trabalho encontrado foi disponibilizado em seu portal próprio, até o momento não estando disponível no Catálogo de Teses e Dissertações.

**Quadro 6** - Trabalhos de pós-graduação referentes ao Curso Normal encontrados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense (IFSul)

<b>Nome</b>	<b>Título</b>	<b>Palavras-Chave</b>	<b>Ano</b>	<b>Curso</b>
WILLE, Patrícia Bonow Fassbender	As expectativas formativas dos estudantes do Curso Normal do Colégio Municipal Pelotense	Curso Normal, expectativas formativas, formação docente	2020	Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação

**Fonte:** Autor, 2021.

A partir dos trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação encontrados, foram analisados os resumos e mantidos como elementos para subsidiarem este estudo, aqueles

trabalhos que tenham sido finalizados e disponibilizados nos últimos cinco anos (2015 – 2020) e que o tema central se trata do próprio Curso Normal, principalmente, dos Cursos estudados nesta pesquisa. Assim sendo, foram mantidos os trabalhos a seguir:

- “Histórias de vida e narrativas de quatro professoras normalistas”;
- “Memórias “Bilaquianas” – o Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac na constituição docente de professoras”;
- “O Trabalho Pedagógico, as políticas públicas de universalização da educação básica e o Curso Normal: entre cabotagens, naufrágios e travessias”;
- “As expectativas formativas dos estudantes do Curso Normal do Colégio Municipal Pelotense”.

Atenta-se para a baixa quantidade de estudos que tratam do Curso Normal nos últimos anos, o que soma a justificativa da necessidade deste estudo. A seguir, serão apresentados, brevemente, os estudos encontrados e mantidos como aporte para esta pesquisa.

O estudo com o título “Histórias de vida e narrativas de quatro professoras normalistas”, de acordo Bairros (2018), teve como objetivo central compreender as escolhas da formação profissional e discutir a formação docente através das trajetórias de vida narrada por quatro professoras normalistas do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. A dissertação foi caracterizada como qualitativa e foi adotada a perspectiva de pesquisa narrativa para a produção dos dados, contando com a narrativa de quatro professoras egressas do Curso Normal.

Já a dissertação realizada por Gomes (2018), com o título “Memórias “Bilaquianas” – o Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac na constituição docente de professoras”, objetivou compreender o movimento de formação docente e as histórias narradas por professoras egressas do Curso Normal, que se constituíram professoras formadoras. Esse estudo também assumiu uma perspectiva autobiográfica e utilizou a análise narrativa para o quadro professoras egressas do Curso Normal.

Na pesquisa apresentada por Fagundes (2015), “O Trabalho Pedagógico, as políticas públicas de universalização da educação básica e o Curso Normal: entre cabotagens, naufrágios e travessias”, o principal objetivo era analisar em que medida os discursos dos professores sobre seu trabalho pedagógico no Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac (IEEOB), de Santa Maria – RS, evidenciam possibilidades e entendimentos de universalização da Educação Básica contidas nas Políticas Públicas Educacionais, a partir de 1996. A produção dos dados foi realizada através de pesquisa documental no IEEOB e das Políticas Públicas de Universalização

da Educação Básica, além de entrevista com dezenove professores e grupo de interlocução, dados, posteriormente analisados, através da Análise de Conteúdo.

O estudo realizado por Wille (2020) “As expectativas formativas dos estudantes do Curso Normal do Colégio Municipal Pelotense”, apresentou como objetivo analisar as expectativas formativas dos estudantes do Curso Normal Habilitação Anos Iniciais do Colégio Municipal Pelotense, visando a uma formação para atender as demandas da educação e sociedade atual. A pesquisa foi realizada com um público de 21 estudantes, que participaram de cinco encontros formativos e evidenciou que as expectativas dos estudantes, futuros professores, vão além do conhecimento teórico produzido durante o Curso, mas também desenvolver empatia para com os futuros alunos, identificando as diferentes realidades que compõem a sala de aula, sendo esse um exemplo de bom professor.

A partir da busca pesquisa realizada nos repositórios, evidencia-se o número pouco expressivo de estudos que retratam o Curso Normal e, principalmente, apresentem sua relação ou a falta dela com a Educação Profissional e Tecnológica. Desse modo, a fim de contribuir para a divulgação da historicidade das Instituições, permitindo a elaboração de um referencial teórico que possa estimular e auxiliar estudos futuras, no Capítulo a seguir, são abordadas as experiências e historicidades das Instituições estudadas junto ao Curso Normal.

#### 4. O SOL COLORINDO E TINGINDO SANTA MARIA E PELOTAS: AS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO NOS CURSOS NORMAIS

*[...] Alvorada lá no morro, que beleza  
Ninguém chora, não há tristeza  
Ninguém sente dissabor  
O Sol colorindo é tão lindo, é tão lindo  
E a natureza sorrindo, tingindo, tingindo [...] (Cartola, 1974).*

A situação do Curso Normal, quanto às legislações, foi apresentada nos Capítulos anteriores; assim, ao abordar as políticas e a historicidade, evidenciou-se o risco de ocaso. Entretanto, a partir das experiências estudadas neste projeto, observa-se que o Curso segue colorindo Santa Maria e Pelotas com os/as Normalistas formados pelos Cursos. Neste Capítulo, e nas próximas sessões, são apresentadas as historicidades das duas realidades abordadas nesta pesquisa. A partir disso, destacam-se suas relevâncias para o contexto educacional onde estão inseridas e também suas modificações ao longo do tempo, fazendo com que hoje sejam reconhecidas como importantes elementos que compõem a história da educação do Rio Grande do Sul, na região central e sul do Estado. Também, são apresentados os sujeitos atuais que constituem os cursos, tanto na experiência de Santa Maria como na de Pelotas. Desse modo, busca-se contribuir para a criação do referencial teórico sobre as historicidades das Instituições estudadas, além da proposição de uma análise preliminar da situação atual dos estudantes, futuros professores.

##### 4.1 O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO OLAVO BILAC

Ao abordar a historicidade do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, aborda-se, também, o histórico da educação de Santa Maria e também do Rio Grande do Sul, principalmente pelo fato da Instituição estar relacionada com a formação de professores desde sua gênese. Para compreender sua instalação, retoma-se a Escola Normal criada na capital da Província em 1869, a qual sofreu alterações pelo Decreto nº 397 de 14 de março de 1901, instituindo, em seu lugar, o Colégio Distrital na capital do Estado (TAMBARA, 2008).

Com esse decreto, foi criado, também, o Colégio Distrital de Santa Maria, por meio do que poderia ser visto como possível preocupação política com a demanda educacional do Estado, motivando a criação de um dos primeiros Colégios fora da capital, em localização estratégica – o coração do Rio Grande – no centro do Estado, de modo com que pudesse atender,

além da comunidade local, o público que migrava de cidades vizinhas. A escola foi instalada em um terreno com áreas extensas, onde estava localizado um casarão imponente, alugado pela prefeitura. Neste período, a instituição era organizada com seções distintas para meninos e meninas (FAGUNDES, 2015).

No entanto, essa configuração do Colégio Distrital durou até o ano de 1906, quando, pelo decreto 909 de 16 de maio daquele ano, foi instituída a Escola Complementar de Santa Maria, que apresentava anexa uma escola elementar. Já no ano de 1909, pelo decreto 1479, o governo estadual centralizou a formação de professores no Colégio Complementar da capital, fechou a Escola Complementar de Santa Maria e instituiu o Colégio Elementar. Segundo Braido (2018, p. 25), “esta escola tinha como função formar professoras, que exerciam seu trabalho na escola elementar (Curso Primário) anexo ao Colégio Complementar”, naquela mesma instituição.

Somente após 20 anos, em 1929, a cidade de Santa Maria voltou a contar com a Escola Complementar, através do Decreto nº 4.322. O interesse do público pelo curso de formação profissional, na área da educação, fica evidente pelo número de inscritos para o exame de admissão, que naquele ano contou com 154 inscritos (BRAIDO, 2018; FAGUNDES, 2015). No ano de 1936, o governo estadual dispõe sobre a deliberação para a criação de um novo prédio onde já estava sediada a escola. As instalações foram concluídas em 1938 e passou a se chamar Escola Complementar Olavo Bilac, até o ano de 1941, quando o Decreto nº 97 de 16 de julho alterou a denominação da instituição, que passou a se chamar Escola Normal Olavo Bilac.

A partir do ano de 1938, o Colégio, que funcionava anexo à ainda Escola Complementar, passa a se denominar “Curso de Aplicação” (FAGUNDES, 2015). O Decreto nº 97 de 1941, além da alteração do nome da instituição, também objetivou, principalmente, a formação profissional de professores, e instituiu que as turmas primárias e pré-primárias da escola, que funcionavam anexas ao Colégio Complementar, deveriam servir como espaço de observação e experimentação para os estudantes do Curso Normal, caracterizando os Colégios de Aplicação, seguindo, desse modo, o modelo de Escolas Normais que se espalhavam pelo país, inspiradas na reforma da instituição pública de São Paulo. Saviani (2009) aponta que

a reforma foi marcada por dois vetores: enriquecimento dos conteúdos curriculares anteriores e ênfase nos exercícios práticos de ensino, cuja marca característica foi a criação da escola-modelo anexa à Escola Normal – na verdade principal inovação da reforma (SAVIANI, 2009, p. 145).

Os Colégios de Aplicação vinculados às Escolas Normais contribuem para a relação estreita entre teoria e prática, característica marcante atribuída ao Curso Normal. Assim, foi assegurada pela Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto nº 8.350 de 02 de janeiro de 1946, quando, pelo seu artigo 42, apresentou como um dos itens para as instituições que desejassem o mandato de Escola Normal, a “existência de escola primária anexa, para a demonstração e prática de ensino”. Logo após a implementação da Lei Orgânica do Ensino Normal, sendo esse um dos eixos de reformas implementadas por Gustavo Capanema, no ano de 1947, formou-se a primeira turma de normalistas da Escola Normal Olavo Bilac.

Além do Colégio de Aplicação, no ano de 1950, foi criado, em anexo à Escola Normal, o Colégio Estadual Olavo Bilac. Entretanto, em 1954, o Colégio foi desvinculado da Escola Normal, pelo Decreto nº 4.845. Já no ano de 1957, pelo Decreto nº 7.654, foram desanexados, também, os ginásios vinculados às escolas, dando origem a outras escolas da cidade, como a Escola Estadual de Ensino Médio Maria Rocha e a Escola Marieta D’Ambrósio (FAGUNDES, 2015).

No ano de 1962, a Escola Normal passou a ser denominada Instituto de Educação Olavo Bilac, pelo Decreto nº 13.419 daquele ano (FAGUNDES, 2015). Atentando-se para o contexto nacional, que enfrentava o Estado cívico-militar nesse período, no ano de 1971, uma nova Lei de Diretrizes e Bases passou a descaracterizar o Curso Normal, inclusive alterou sua denominação para Habilitação Magistério. No entanto, a escola seguiu sua expansão e se manteve em destaque no cenário educacional e dentro a sociedade, o que podia ser evidenciado nos anos de 1990 pela aquisição de diversos materiais didáticos, além da implementação de Laboratório de Informática, por meio das ações do Conselho de Pais e Mestres.

Apesar da sua história ininterrupta no cenário educacional, conforme os resultados apresentados por Bairros (2018), em sua pesquisa “Histórias de vida e narrativas de quatro professoras normalistas”, ao tratar da trajetória da instituição indica que o Curso Normal teve seus tempos áureos nos anos 1940 até os anos 1980. A partir disso, passou a apresentar diminuição da quantidade de estudantes interessados em ingressar na formação profissional para professores. Mantendo-se a diminuição, a Instituição deixou de realizar os exames de admissão, que anteriormente apresentavam quantidades expressivas de candidatos inscritos. Foi ainda durante os anos 1980, mais precisamente em 1985, que o Instituto passou a integrar o CEFAM - Centros de Formação e Aperfeiçoamento ao Magistério, que constituía um

mecanismo para formação inicial e continuada que visava atenuar as carências e defasagens da formação de professores, causadas pela implementação da Lei nº 5.692/71<sup>12</sup>.

No ano 2000, passou a ser chamado de Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac – IEEOB. O Instituto completou seu centenário no dia 20 de setembro de 2001 e, em sua homenagem, foi realizada sessão especial ordinária proferida pelo Deputado José Farret, o que contribui para o reconhecimento da Instituição e criação de uma imagem saudosista dos tempos “áureos” da formação de professores em nível médio. Nesse período, passaram pela escola estudantes que posteriormente assumiriam papel de notoriedade, como Nelson Jobim - Ministro do Supremo Tribunal Federal de 1997 a 2006; Tarso Genro - prefeito de Porto Alegre e governador do Estado do Rio Grande do Sul em 2010 e Ministro da Educação, das Relações Internacionais e da Justiça no governo de Luiz Inácio Lula da Silva; Paulo Sarkis - reitor da Universidade Federal de Santa Maria e Clovis Lima, vice-reitor dessa mesma universidade<sup>13</sup>.

A Escola conta com outra característica particular evidenciada pelo reconhecimento da importância do seu histórico, que é o Acervo Histórico, criado em 1998, o qual conta com documentos e fotos, e um conjunto de informações relevantes para que possa ser compreendida a história desta Instituição, bem como do histórico da educação em Santa Maria e no Rio Grande do Sul. Em 2007, passou a ser considerado Museu e conta com um blog “Acervo Histórico do I.E.E. Olavo Bilac”, onde são divulgadas as ações que ocorrem na Instituição, como comemorações, pesquisas e mobilizações para buscar auxílio da comunidade a fim de manter a infraestrutura da escola e implementar melhorias. A presença do Museu evidencia a relevância histórica das instituições, prezando a manutenção de sua trajetória que acompanha a história de formação de professores em nível médio no Rio Grande do Sul e no Brasil.

O IEEOB foi reflexo das ações das políticas educacionais para o Curso Normal ao longo de sua história, ou melhor, reflexo da ausência dessas políticas. Assim, obrigando-se a procurar meios de permanecer ativo, contando com a sociedade local que reconhece sua importância histórica e preza pela sua manutenção e continuidade.

### **Figura 9** - Linha do tempo da criação ao centenário do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac

<sup>12</sup> Câmara de Vereadores de Santa Maria 73ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 12 DE SETEMBRO DE 2001. Rs.gov.br. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/taquigrafia2003/transcricoes/sessoesplenarias/50/2001/010912b.htm>>. Acesso em: 29 Out. 2020.

<sup>13</sup> Câmara de Vereadores de Santa Maria 73ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 12 DE SETEMBRO DE 2001. Rs.gov.br. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/taquigrafia2003/transcricoes/sessoesplenarias/50/2001/010912b.htm>>. Acesso em: 29 Out. 2020.



Fonte: Autoria própria, 2020.

#### 4.2 DE GYMNASIO PELOTENSE À COLÉGIO MUNICIPAL PELOTENSE

A criação do Gymnasio apresentou pouca ou até nenhuma relação com o Curso Normal, o que não diminui sua relevância em relação ao histórico educacional da cidade de Pelotas e cidades vizinhas. São poucos os estudos que retratam a historicidade do educandário que foi criado em 1902, em uma época de riquezas na Princesa do Sul – Pelotas, um dos motivos para não ser objeto de estudos, pode ser o incêndio que atingiu o acervo da instituição no ano de 1923, fazendo com que os documentos que retratavam sua história e poderiam ser utilizados como fonte de pesquisa, fossem perdidos durante o incêndio. Entre os poucos trabalhos que se ocupam de historicizar a Instituição, destaca-se o livro “O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da História da Educação em Pelotas”, de Giana Lange do Amaral, que aborda diversos aspectos, desde a proposta de constituição do Gymnasio, até seus “anos dourados”. O livro serviu como principal fonte para a apresentação da historicidade a seguir.

Em seu livro, a autora inicia apresentando e contextualizando a maçonaria na cidade de Pelotas. Com suas três principais lojas (Antunes Ribas, Lealdade e Rio Branco), o órgão foi o responsável pela idealização e implementação do Gymnasio. O principal objetivo do novo educandário foi oferecer, para os filhos dos maçons, ensino laico e de qualidade, afastando-se das “amarras ideológicas” de cunho religioso apresentadas por outra instituição de prestígio da cidade, o Gymnasio Gonzaga, criado por jesuítas e administrado, posteriormente, pela Irmandade Lassalista. Outro fator a ser considerado para a criação do Gymnasio Pelotense foi

a expansão da educação elementar, que era considerada, pelos maçons, a melhor maneira para se atingir o progresso do país e essencial para o seu desenvolvimento (AMARAL, 1999).

Apesar da intenção de disseminar o ensino, a admissão para novos estudantes nas modalidades de internato e externato não era gratuita, ao contrário, os estudantes necessitavam apresentar uma boa quantia de réis, inclusive sendo a quantia maior que a exigida pelas outras instituições. Desse modo, os alunos em regime de internato, que deviam pagar uma quantia mais alta, contavam com serviço médico, alimentação, moradia, entre outras comodidades. As famílias mais abastadas demonstravam interesse pela instituição devido a sua excelência, visto que era igualado ao Ginásio D. Pedro II, o Ginásio Nacional situado no Rio de Janeiro (AMARAL, 1999).

Inicialmente, o Gymnasio contava com o Ensino Primário, que objetivava o preparo dos estudantes para ingressar no Ensino Secundário, também ofertado pela Instituição. Aqueles que se formavam no Ensino Secundário do Gymnasio obtinham o grau de bacharel em Ciências e Letras, e tinham aptidão para dar continuidade em seus estudos nas faculdades e escolas superiores.

Ao tratar dos professores que passaram pelo Gymnasio, destaca-se o prestígio social que detinham entre a sociedade. Entre esses profissionais estavam advogados e médicos, que contribuíram para o ensino na Instituição de modo com que se idealizasse a proposta inicial, dos ideais maçônicos. Aliás, entre os professores, grande parte pertencia à Maçonaria. Entre os professores, também estavam grandes nomes da literatura da regional e até nacional, como João Simões Lopes Neto, Vitor Russomano, Fernando Luís Osório e Jorge Sallis Goulart, como destaca Amaral (1999).

O prestígio apresentado pelos professores da Instituição, pode ser atribuído pela cultura e pelo domínio de línguas estrangeira, como destaca Amaral (1999, p. 131) “um lente por ocasião da abertura da aula de Grego, pronunciou em francês um discurso sobre a história da literatura da Grécia”. No entanto, o prestígio social nem sempre era sinônimo de boa remuneração financeira, especialmente daqueles que se dedicavam exclusivamente à carreira de professor, fazendo com que buscassem outras instituições para ministrarem aulas, ou até mesmo a elaboração de cursos particulares para os exames de admissão em faculdades e escolas superiores. A autora ainda destaca as dificuldades enfrentadas pelos professores do Estado, que além da baixa remuneração, lidavam com salários atrasados por vários meses, o que se faz semelhante aos dias atuais.

A educação, durante a primeira república, apresentava certa inconstância, o que pode ser evidenciado pela série de reformas implementadas durante esse período. Entre elas, a que

gerou grandes reflexos no Gymnasio foi a Lei Orgânica de 1911, proposta e implementada pelo ministro Rivadávia Corrêa. Com a Lei, foi extinta a equiparação com o Gymnasio D. Pedro II e não era mais necessária a conclusão do Ensino Secundário para o ingresso no Ensino Superior, exigindo-se, assim, somente a aprovação em exame vestibular. A Lei que instituía certa autonomia para as instituições, permitiu com que o Gymnasio criasse três cursos de Ensino Superior anexos à escola: a Faculdade de Farmácia e Odontologia em 1911, de Agrimensura e Faculdade de Direito em 1913. Havia ainda a cogitação de criação de uma faculdade de medicina anexa, que após deliberação da congregação maçônica, foi deixada de lado (AMARAL, 1999).

A maçonaria manifestava o interesse de criação de uma Universidade a partir das faculdades anexas, o que mostra certa excelência quanto às questões da área educacional da cidade, que já cogitava a criação de uma Universidade naquele período, já que a primeira Universidade do país foi fundada somente em 1920, no Rio de Janeiro (AMARAL, 1999). Os cursos anexos ao Gymnasio, principalmente de Farmácia e Odontologia e de Agrimensura, apresentavam como característica o domínio da técnica e o método experimental. Para isso, contavam com o apoio da comunidade, para os quais dispunham serviços gratuitos, como, por exemplo, o atendimento odontológico, inclusive em período de férias da faculdade. Sendo essa faculdade “‘a menina dos olhos’ de seus fundadores”, conforme as próprias palavras da autora Giana Lange do Amaral (1999, p. 153).

A Faculdade de Direito apresentou dificuldades desde sua implementação. O funcionamento da faculdade foi possível devido ao grande aporte das famílias tradicionais pelotenses que compunham a maçonaria. Seu interesse pode ter sido mobilizado, uma vez que naquele período para o ingresso e permanência no campo político, era praticamente necessário o título de bacharel em direito. Já no seu segundo ano de funcionamento, a faculdade desvinculou-se do Gymnasio, partindo para as imediações de prédios particulares até que seu prédio próprio fosse concluído (AMARAL, 1999). O prédio então, criado na década de 1920, até os dias atuais, abriga a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas.

Na cidade de Pelotas, nesse período, havia quantidade expressiva de profissionais que trabalhavam na área odontológica, alguns com competência e comprometimento com a profissão, outros nem tanto, o que pode ter justificado a criação da faculdade de Farmácia e Odontologia anexa. Com a faculdade, almejava-se o aperfeiçoamento da profissão, contando com um corpo de professores qualificados para que conseguissem fazer com que a “técnica se unisse ao conhecimento teórico e prático” (AMARAL, 1999, p. 173). Muitos desses professores não compunham a Maçonaria, mas acabaram vinculando-se a ela por atuarem nessa instituição,

mas não manifestavam contentamento com a influência da Maçonaria na Congregação do Gymnasio e da Faculdade (AMARAL, 1999).

Devido a esse fato, e por nesse momento o Gymnasio estar em situação “turbulenta”, a Congregação da faculdade de Farmácia e Odontologia decidiu desvincular-se do Gymnasio. No entanto, essa desvinculação não se deu de maneira tranquila, como aconteceu com a faculdade de Direito, uma vez que a Comissão diretiva do Pelotense decidiu manter a faculdade anexa ao Gymnasio, o que acabou criando na cidade duas instituições de Ensino Superior que disputavam o mesmo nome e a mesma data de fundação. Essa disputa entre as duas instituições se manteve do ano de 1914 até o ano de 1920, segundo os estudos de Amaral (1999).

No ano de 1917, a instituição passa a ser gerida pelo município devido à série de fatores contextuais, além do próprio ideal maçônico que agora se voltava para a importância do ensino público. No entanto, não se descarta o interesse que mobilizou a municipalização, em razão de conseguirem novamente a equiparação com Gymnasio D. Pedro II, no ano de 1925. Apesar de passar a ser municipalizada, naquele momento, os estudantes ainda seguiam arcando com mensalidades para a Instituição, apenas 15 estudantes não teriam necessidade de arcar com as mensalidades se obtivessem bom desempenho (AMARAL, 1999).

Com as mudanças, a Instituição passou a oferecer somente o Ensino Secundário e conseguiu novamente ocupar lugar de destaque no cenário educacional, após as confusões que motivam os afastamentos das faculdades anexas. O prestígio atribuído ao Gymnasio pode ser evidenciado pelos números apresentados no estudo de Amaral (1999), ao indicar que, nos exames de admissão no ano de 1926, dos 45 candidatos, 26 conseguiram ingressar na Instituição, mobilizando, desse modo, a criação daquele que pode ter sido um dos primeiros cursos pré-vestibulares da cidade de Pelotas, para o ingresso no Ensino Secundário do Gymnasio.

Em um cenário incerto e duvidoso perante a legislação referente ao Curso Normal, a instituição passa a tramitar, no ano de 1991, na secretaria municipal, o projeto para a implementação do Curso. Alves, Peres e Maciel (2008), em seu relato sobre a implementação do Curso nessa instituição, apresentam as justificativas que levaram a tal, e entre elas estava a falta de professores com formação adequada para trabalharem junto ao Ensino Fundamental. Outra justificativa apresentada à Secretaria Municipal de Educação foi a alta demanda para ser atendida por uma única escola pública, o Instituto Estadual de Educação Assis Brasil, que até os dias de hoje oferta o Curso Normal. Por fim, a justificativa para criação do Curso era o desejo da formação alinhada com os ideais de educação presentes na rede municipal.

Assim, foi criado o Curso com tempo de duração de quatro anos e meio, para que pudesse atender, com tempo necessário, todas as áreas do conhecimento abrangidas pelo Curso, bem como apresentar tempo para que o estudante pudesse desenvolver e se apropriar dos conhecimentos gerais e profissionais, desenvolver a maturidade e consciência profissional necessárias. Através dos relatos, pode-se evidenciar indícios de preocupação com uma proposta de integração curricular por meio do processo de alfabetização, e por meio disso “articulando disciplinas do ‘núcleo comum’ com as de formação pedagógica” (ALVES; PERES; MACIEL, 2008; p. 110).

Para o ingresso dos estudantes no Curso, era realizada prova escrita além de entrevistas, processos organizados pela própria instituição. Em seu primeiro ano de funcionamento, 1993, o Curso contava com duas turmas, uma com 36 e outra com 38 estudantes, que segundo Alves, Peres e Maciel (2008, p. 116) eram exclusivamente do sexo feminino. No entanto, concluíram os estudos no ano de 1997, somente 34 estudantes.

A partir dos levantamentos históricos da Instituição apresentados até aqui, foi elaborada a Figura 10, que retrata uma linha do tempo, abordando o surgimento da Instituição até a criação do Curso Normal.

**Figura 10** – Linha do tempo da criação à implementação do Curso Normal do Colégio Municipal Pelotense



Fonte: Autoria própria, 2020.

### 4.3 OS SUJEITOS<sup>14</sup> ATUAIS DAS PROPOSTAS DE FORMAÇÃO ESTUDADAS

A busca por conhecer os estudantes que constituem o Curso Normal, estando estes entre os principais responsáveis por auxiliarem na sua sobrevivência e manutenção em ambas as Instituições, ocorreu em um momento social delicado por conta da necessidade do distanciamento social, medida adotada para controlar a pandemia ocasionada pela Covid-19.

Desse modo, mesmo que não da forma inicialmente planejada, buscou-se conhecer os estudantes do Curso através do Censo Escolar entre os anos de 2015 a 2020 realizado pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira<sup>15</sup>. A partir dos registros, foi elaborado o Quadro 6, que mostra o número de matrículas realizadas nas instituições.

**Quadro 7 - Matrículas entre os anos de 2015 e 2020.**

	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>CMP</b>	124	143	180	35	69	74
<b>IEEOB</b>	124	143	153	155	80	54

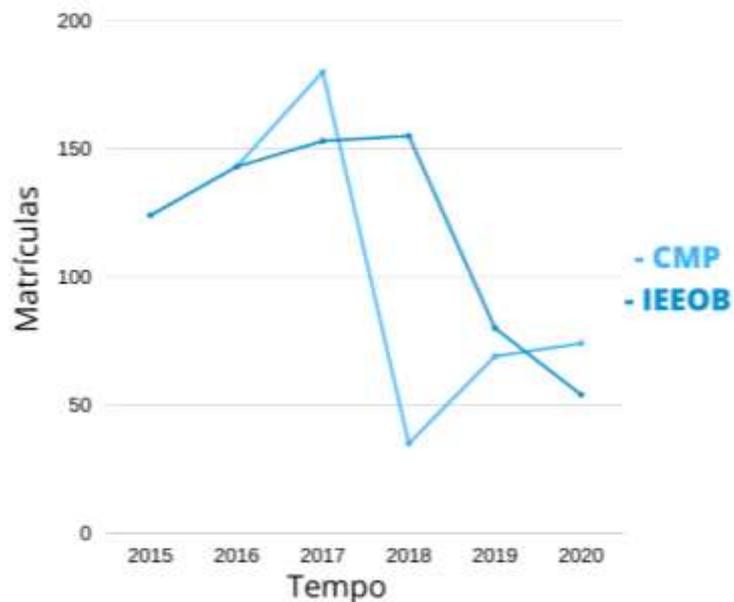
**Fonte:** Adaptado pelo autor, INEP-Censo Escolar, 2020.

Como pode ser evidenciado pelos dados apresentados, não há linearidade na quantidade de matrículas. Para evidenciá-las, optou-se pela elaboração da Figura 11, na qual se apresenta o número de matrículas *versus* o tempo em anos.

<sup>14</sup> Neste estudo, assume-se a concepção de sujeito apresentada por Ferreira (2020), que apresenta os sujeitos como aqueles que produzem discursos, pois estão inseridos no social, acabando por meio deste discurso reorganizar o social, além disso, “Pelo discurso, os sujeitos narram, descrevem, planejam, projetam, avaliam, reconstruem e registram seu trabalho” (FERREIRA, 2020, p. 04).

<sup>15</sup> O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira. É coordenado pelo Inep e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. **Censo Escolar - INEP**. Inep.gov.br. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em: 29 Out. 2020.

**Figura 11** - Relação entre a quantidade de matrículas e anos.



**Fonte:** Adaptado pelo autor, INEP-Censo Escolar, 2020.

Com o gráfico, é notável o crescimento do número de matrículas nos anos 2015-2017. Já no período de 2017-2018 observa-se pequeno aumento de matrículas no IEEOB e uma queda abrupta no número de matriculados no CMP. Essa queda acentuada ocorre no ano seguinte com o IEEOB, quando o CMP apresenta uma pequena elevação no número de matriculados.

Na intenção de conhecer quem são os estudantes que hoje ocupam as classes do Curso Normal, foi elaborado o questionário que segue em apêndice (Apêndice I). O desenvolvimento das respostas ocorreu de forma virtual, devido ao distanciamento social como medida necessária para o combate à Covid-19. Essa situação causou reflexos em diversos âmbitos, e também nesta pesquisa. Após o envio dos questionários, obteve-se o retorno de dezenove estudantes, somando-se as duas instituições. Compreende-se a situação enfrentada pelos estudantes, com as dificuldades e a possível exaustão geradas pelo isolamento e até mesmo instabilidade do ensino remoto na rede pública, além da dificuldade ao acesso à internet e a computadores ser uma realidade na vida de grande parte dos estudantes, o que pode ter dificultado um baixo retorno aos questionários. Para a apresentação das respostas dos estudantes, foram criadas codificações como P para os estudantes do Colégio Municipal Pelotense, e SM para os estudantes do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac. Essa situação, enfrentada pelos estudantes, é evidenciada pela resposta de um dos estudantes: P2 //Espero não ter que repetir de ano, e que as coisas se normalizem o mais rápido possível//.

Com as respostas obtidas, os Cursos demonstram a presença majoritária feminina, sendo 16 do sexo feminino e 3 do sexo masculino. Os estudantes, em sua maioria, também são originários da cidade onde as instituições estão sediadas e a faixa etária é variada, uma vez que o questionário também foi enviado para aqueles estudantes da modalidade Aproveitamento de Estudos (pós-médio). No entanto, existem pontos em comum entre esses estudantes quando se atenta para as respostas da questão 2 do bloco sobre as percepções em relação ao Curso (Anexo I), conforme apresentado no Quadro 7 abaixo.

**Quadro 8** - Respostas dos estudantes para a questão “O que fez você optar pelo Curso Normal?”

<b>O que fez você optar pelo Curso Normal?</b>	
<b>CMP</b>	<b>IEEOB</b>
<p><b>P1</b> //Eu amo criança, amo conversar, ensinar e trabalhar com elas//;</p> <p><b>P2</b> //Porque gosto de trabalhar com crianças//;</p> <p><b>P3</b> //Querer ser professora//;</p> <p><b>P4</b> //Porque quero ser um professor, que vai lutar pelos direitos, pela igualdade e pela valorização do professor no futuro das crianças e adolescentes//;</p> <p><b>P5</b> //Minha mãe é professora e eu sempre me interessei por essa área//</p> <p><b>P6</b> //Preparação e conhecimentos para início de carreira!//;</p> <p><b>P7</b> //Início de formação na área da educação//;</p> <p><b>P8</b> //Aulas práticas que são essenciais//.</p>	<p><b>SM1</b> //Pela grande aprendizagem prática//;</p> <p><b>SM2</b> //Eu sempre quis fazer esse curso//;</p> <p><b>SM3</b> //Por que eu quero ser uma pedagoga//;</p> <p><b>SM4</b> //O sonho que tenho desde criança de ser professora//;</p> <p><b>SM5</b> //O que me fez optar pelo curso, foi a oportunidade que encontrei de fazer o que eu gosto, de cursar algo em comum comigo//.</p> <p><b>SM6</b> //Faço graduação em Ciências Sociais Licenciatura, me interessei pelo campo da educação, mais precisamente pela educação popular; o Curso Normal se encaixou como uma área possível de trabalho//;</p> <p><b>SM7</b> //Para agregar ao curso de pedagogia que estou cursando//;</p> <p><b>SM8</b> //Conhecimento//;</p> <p><b>SM9</b> //Minha mãe. Fiz as provas dos colégios Tiradentes e Politécnico e como não passei, minha mãe (que cursava o curso na época) me aconselhou a fazer parte do mesmo. Confesso que fui meio a contragosto. Minha mãe amou o curso, em todos os quesitos, e não pensei que teria o mesmo efeito em mim...me enganei//.</p>

**Fonte:** Autoria própria, 2020.

Com o quadro, pode-se evidenciar que algumas categorias se repetem nas respostas apresentadas pelos estudantes ao justificarem a procura pelo Curso, como, por exemplo, reconhecimento da futura carreira como trabalho pelos estudantes P1, P2, P6 e SM6; a busca pelo “ser Professor” nas respostas dos estudantes P3, P4, SM2, SM3 e SM4; a prática

profissional proporcionada pelo Curso através das respostas do estudantes P8 e SM1 e ainda a influência de algum familiar que trabalha na área educacional pela resposta dos estudantes P5 e SM9. As experiências e processos formativos vivenciados nessas Instituições serão tratadas no próximo Capítulo, que apresenta a análise dos dados produzidos neste estudo.

## 5. OS MOVIMENTOS DOS SENTIDOS DE APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO ENTRE A ALVORADA E O OCASO PEDAGÓGICO

[...] *O sol colorindo é tão lindo, é tão lindo*  
*E a natureza sorrindo, tingindo, tingindo*  
*Você também me lembra a alvorada*  
*Quando chega iluminando*  
*Meus caminhos tão sem vida*  
*E o que me resta é bem pouco*  
*Quase nada, de que ir assim*  
*Vagando numa estrada perdida [...] (Cartola, 1974).*

A metáfora que permeia este trabalho remete aos movimentos dos astros para alvorada e/ou o ocaso e, assim como esses, o Curso Normal e a EPT também se movimentam historicamente, o que acaba gerando momentos ora de aproximação, ora de distanciamento. São esses movimentos que serão abordados a seguir, a partir da Análise dos Movimento de Sentidos. Neste capítulo, serão apresentados os principais argumentos encontrados que permitem evidenciar aproximações e distanciamentos entre a EPT e o Curso Normal.

Esses sentidos evidenciados já foram anteriormente relatados através do emprego da AMS e esse fundamento teórico-metodológico é constituído pela colaboração coletiva de Grupo de Pesquisa – o Kairós –, assume-se para aproximação e distanciamento os sentidos já apresentados e descritos pela autora Silvia de Siqueira (2020), na dissertação “Integração Curricular e Trabalho Pedagógico: uma análise com base nos discursos de professores do IFFar Campus Júlio de Castilhos”, então,

[...] para **aproximação** recorre-se ao sentido de proximidade. Segundo a etimologia, a palavra “aproximar” latim tardio *aproximare*, do latim *proximus*, -a, -um, o mais perto, muito próximo, que coloca em relação todo ser humano. Para **distanciamento** de sentido: assume-se um mecanismo da linguística chamado atenuação [...] “conseguem-se diversos graus de distanciamento da mensagem” (SIQUEIRA, 2020, p. 36; APUD BRIZ, 2013, p. 286, grifo meu).

Para isso, inicialmente, apresentam-se como sentido de aproximação a formação para o trabalho, e o trabalho como princípio educativo. Posteriormente, será apresentado o sentido de distanciamento evidenciado que se refere ao trabalho para educação do Curso Normal, o que não ocorre na EPT.

### 5. 1 SENTIDOS DE APROXIMAÇÃO

### 5.1.1 Formação para o trabalho

A característica dualista da Educação e do Ensino Médio já é anunciada por diversos estudiosos e pesquisadores da Educação. Nesse sentido, para Saviani (2007, p. 155) “com a divisão dos homens em classes a educação também resulta dividida; diferencia-se, em consequência, a educação destinada à classe dominante daquela que a que tem acesso a classe dominada”. Dessa forma, destaca-se uma educação que prioriza o ensino propedêutico para atingir níveis superiores de ensino, a qual contempla, principalmente, as classes mais elevadas da sociedade. A outra face da educação seria aquela que prepara para o trabalho, atendendo, assim, a demandas de diversos setores econômicos e contempla as classes sociais mais vulneráveis. É neste segundo contexto que a EPT e o Curso Normal estão localizados.

A EPT tem sua trajetória marcada pela formação de força de trabalho especializada para o desenvolvimento de setores econômicos, Ciavatta e Ramos (2011, p. 30) indicam que “com a industrialização, acentuou-se, porém, a necessidade de se preparar as pessoas para a produção, predominando a função profissionalizante deste nível de ensino [...]”. Entretanto, o Curso Normal, inicialmente, era caracterizado como uma ocupação para as moças da alta sociedade, sendo uma excelente oportunidade das moças se instruírem e manterem contato com a educação, ao mesmo tempo que se preparavam para lidar com crianças e cuidar do lar.

Dessa forma, a remuneração pelo serviço prestado ficava em segundo plano, já que quem se ocupava dos proventos do lar eram os maridos, para Tambara (1998, p. 36) isso se deve, pois “houve uma fetichização da atividade fazendo-a incorporar o caráter improdutivo do trabalho doméstico em nossa sociedade tradicionalmente associado à mulher e, portanto, sem o valor de troca que o faria reconhecido em uma sociedade capitalista”, o que remonta o espaço escolar como local de privilégios para alguns, já que historicamente “a palavra escola [...] significa, etimologicamente, o lugar do ócio, tempo livre” (SAVIANI, 2007, p. 155) e, com isso, “a educação dos membros da classe que dispõem de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se à educação da maioria” (SAVIANI, 2007, p. 156).

Apesar deste momento de distanciamento em tempos anteriores, atualmente se reconhece que tanto o Curso Normal, quanto a EPT, tem como principal objetivo formar trabalhadores ao nível médio, o que acaba por aproximá-los. Essa aproximação fica evidente ao analisar as políticas de EPT e os documentos dos Cursos estudados, como apresentam os excertos abaixo:

Art. 2. A Educação Profissional e Tecnológica é modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes (CNE/CP N° 1, 2021).

Na matrícula a Escola admite:

- alunos novos, que tenham concluído o ensino fundamental;
- alunos egressos do ensino médio para aproveitamento de estudos habilitação anos iniciais e educação infantil; (PPP CMP).

O Ensino Médio – Curso Normal, como etapa final da educação básica tem por finalidade propiciar o desenvolvimento dos educandos [...] (PPP IEEOB).

A aproximação acaba, também, apresentando a finalidade de ambas as modalidades que não apenas se preocupam em formar para o mercado de trabalho, mas sim para o mundo do trabalho<sup>16</sup>.

Art. 24 O plano de curso da Educação Profissional Técnica de Nível Médio deve considerar, em seu planejamento: [...] II – articulação com o mundo do trabalho, com as tecnologias e com os avanços dos setores produtivos pertinentes [...] (CNE/CP N° 1, 2021).

Dessa forma, as coordenadoras dos Cursos que participaram do Grupo Focal demonstram a preocupação com os estudantes, reconhecendo-os como futuros profissionais, ou seja, futuros professores.

*//[...] eu tenho uma preocupação muito grande com a questão: quem eu estou formando e quem é esta pessoa que eu estou formando, colocando no mundo do trabalho. Não adianta eu formar um número gigante de alunos com o Curso Normal e esse aluno não ter perfil de sala de aula, não querer estar frente ao aluno ou acabar prejudicando a formação dessas crianças. A gente sabe muito bem que o que ocorrer na Educação Infantil e nos Anos Iniciais eles vão levar para vida inteira// (GF1 – Y).*

Essa preocupação se mostra pertinente, uma vez que parte dos estudantes já estão inseridos em sala de aula, mesmo ainda não tendo concluído o Curso, como auxiliares ou estagiários em instituições privadas de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, como indicam as coordenadoras:

<sup>16</sup> “Mundo do trabalho é o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade. Ou seja, é um *mundo* que passa a existir a partir das relações que nascem motivadas pela atividade humana de trabalho, e simultaneamente, conformam e regulam tais atividades” (FIGARO, 2008, p. 92).

*//É muito comum aqui as escolas particulares nos procurarem e pedirem [...]// (GF2 – Z).*

*//As nossas alunas, a maioria ingressa para a Universidade, trabalha em escolas particulares ou na área de Educação Infantil e desde o início do Curso já são contratadas em escola de Educação Infantil como professoras, ganhando o piso e tudo mais. Elas podem estar trabalhando, podem atuar como auxiliares no município, podem entrar como auxiliares da Educação Infantil. Muitas já são contratadas por escolas particulares, porque já estão ingressando na Universidade. Como elas já têm o Curso Normal, as escolas dão preferência para elas, pois o Curso Normal é um diferencial// (GF2 – X).*

Com as considerações mencionadas anteriormente, as coordenadoras reconhecem os estudantes como futuros profissionais da educação, e acaba por ficar implícita a necessidade da constante atualização profissional e até dos estudos contínuos em níveis superiores, sendo essa uma recomendação legal e um desejo expresso pelos estudantes ao serem questionados: Você pretende seguir os estudos em curso superior de Pedagogia? Por quê? Todos estudantes respondentes do IEEOB indicaram que pretendem seguir os estudos em curso de Pedagogia, um estudante indicou outros cursos na área de Licenciatura que demonstra interesse e outros dois estudantes indicaram que já cursam Pedagogia simultaneamente com o Curso Normal. Dos estudantes respondentes do CMP, apenas um indicou que não havia certeza do seu futuro profissional, já os demais demonstraram interesse em cursar Pedagogia posteriormente.

O desejo dos estudantes também é apoiado pela coordenação do Curso, que incentiva o prosseguimento dos estudos:

*//Mas a gente trabalha e acho que é importante destacar, com a primeira formação. Eu acho que é isso que a gente tem que incentivar, o Curso Normal é a Primeira formação, a gente não diz que é a única, porque a gente trabalha com a questão da formação continuada, mas que é importante [...]// (GF1 – X).*

Assim como no Curso Normal, a EPT também prevê a continuidade dos estudos em nível superior, em cursos superiores de tecnologia, de modo como indica a legislação:

Art. 28. Os cursos de Educação Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação devem: [...] IV - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos; [...] (CNE/CP N° 1, 2021).

Então, com os excertos analisados e apresentados, evidencia-se o movimento do sentido de aproximação da EPT com o Curso Normal através da formação para o trabalho e prosseguimento dos estudos. Dessa forma, agora parece que as duas modalidades estão do mesmo lado da dualidade do Ensino Médio apontados por Saviani (2007) e Ciavatta e Ramos

(2011), a qual ambos buscam romper ao proporem uma formação integral do sujeito, contemplando oportunidades para o ingresso no mundo do trabalho, bem como de continuidade dos estudos. Contudo, cabe destacar que enquanto a EPT teve seu período de expansão e valorização, o Curso Normal permaneceu estagnado na valorização profissional e nas políticas educacionais.

### 5.1.2 Trabalho como princípio educativo

A relação entre o trabalho e a educação formam, ou ao menos deveriam formar, a unidade que orienta a EPT e o Curso Normal. Em algumas situações, a proposta se mostra como desafio, pois como destaca Ramos (2009), o trabalho como princípio educativo vai além do aprender fazendo, dessa forma não pode ser contemplada por atividades metodológicas isoladas. Ao apresentar o trabalho como princípio educativo, em seu estudo, Ciavatta (2009, p. 01) apresenta que “a afirmação remete à relação entre o trabalho e a educação, no qual se firma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano”, e com isso romper a dualidade educacional que contempla a divisão de classes, como mencionado anteriormente. Ciavatta (2009, p. 04) ainda alerta que “o trabalho não é necessariamente educativo, depende das condições de sua realização, dos fins a que se destina, de quem se apropria do produto do trabalho e do conhecimento que se gera”, e são as condições próprias e características da realização do Curso Normal que permite a relação entre educação e trabalho, que é também a proposta da EPT.

Maraschin (2015), ao tratar dos sentidos do trabalho, ressalta que no momento em que se perceber que o trabalho possui um sentido educativo, acaba-se por compreendê-lo nos diferentes âmbitos, sejam nas propostas, nas relações e até mesmo no currículo. Nesse sentido, o Curso Normal, especificamente, apresenta uma característica que contribui para o trabalho como princípio educativo que é a proximidade das Escolas de Aplicação, característica histórica do Curso já abordada nesta pesquisa, na qual os estudantes do Curso Normal se inserem desde o início de seus estudos, como apresentam as interlocutoras:

*//Nós sempre fazemos isso, trabalhamos muito com os alunos a nível do ensino dos Anos Iniciais, dentro da própria instituição. Quando tem que fazer alguma atividade de monitoramento ou uma série de coisas, então trabalhamos com isso [...]// (GF1 – X).*

*//Os dois Cursos são bem parecidos e desde o início do Curso, inclusive no primeiro ano, já começam as práticas lá no CAT, os projetos e as atividades com os alunos [...]// (GF1 – Y).*

A partir dessa proximidade e das vivências dos estudantes, eles conseguem ter experiências relacionando os conhecimentos teóricos às práticas, possibilitando desenvolver a criticidade e, assim, indo ao encontro das contribuições de Kuenzer (1989, p. 23) “o trabalho como ponto de partida, concebido como atividade teórico/prática, síntese da ciência técnica e humanismo histórico”, o que também pode ser observado durante o relato da interlocutora:

*//Trabalhamos muito com a questão teórica, mas também com a questão prática. Isso é uma coisa que trabalhamos muito: como que tu vais... tu tens que saber a teoria, e nós trabalhamos o porquê fazer e não só o fazer jogos e outras atividades. Eles fazem, mas eles entendem porque estão fazendo, e como que eles vão poder trabalhar com as crianças. Então, se eu vou fazer um jogo... um exemplo, de alfabetização, eu vou fazer um alfabeto móvel, vou aprender a confeccionar, vou aprender como vou trabalhar em cima dos teóricos, então a gente consegue trabalhar isso bem com eles. E além de tudo, a gente trabalha toda a confecção e os coloca nas práticas// (GF1 – X).*

A relação com os momentos de práticas se apresenta como um momento importante na proposta de trabalho como princípio educativo, como já foi destacado pela interlocutora acima e também é mencionado diversas vezes pelos estudantes inseridos no Curso:

*//As aulas práticas, pois é o Curso que mais dá oportunidade de práticas que são a sustentabilidade do ensino!// (CMP – E7).*

*//Nas aulas práticas, a gente aprende aprendendo a ensinar// (CMP – E8).*

*//As aulas práticas, nas minhas monitorias, eu acho sensacional e muito gratificante// (CMP – E10).*

*//Em 2019, eu e minha colega aplicamos uma atividade numa turma de quarto ano e o tema surgiu a partir do Dia da Consciência negra, onde passamos algumas informações para as crianças e brincamos a partir do que foi ensinado, ao final, pedimos para escreverem um relato da atividade realizada e uma criança em particular surpreendeu a mim e minha colega. A criança não contou apenas o que foi realizado, mas também relatou coisas que não foram explicadas, mas que estavam no tema trabalhado. Eu e minha colega nos emocionamos, pois compreendemos que aprimoramos o conhecimento da criança a partir da atividade realizada// (IEEOB – E9).*

Com as respostas dos estudantes, fica evidente a influência que as experiências no futuro âmbito de trabalho influenciam na sua formação, momentos que são estimados pelos Cursos e a equipe que o constitui. No entanto, como destacado anteriormente, não se trata apenas de um momento em que “se aprende fazendo”, no caso dos Cursos é uma ação política, antes de ser

metodológica (KUENZER, 1989). Essa atitude demonstrada nos documentos do Curso e através das colocações dos interlocutores demonstram a ação política implícita no trabalho pedagógico desenvolvido, para Kuenzer (1989, p. 24):

Daí a questão ser política, e não metodológica por depender do tipo de homem que se pretende formar: o que domine apenas “formas de fazer”, e portanto, submisso e dependente de especialistas que conceberão o trabalho externamente a ele, rebaixado à condição de mero executor. Ou o que domine os princípios teóricos e metodológicos que explicam suas ações instrumentais, de modo a dominar um trabalho em sua dimensão de totalidade e ao mesmo tempo exercer sua capacidade criativa (KUENZER, 1989, p. 24).

A questão política expressa por Kuenzer (1989), mencionada acima, permeia o curso e é apresentada como objetivo dos Cursos

- Proporcionar um espaço de reflexão permanente e crítica dentro de uma perspectiva dialética, possibilitando ao educando a construção de sua postura pedagógica e a transformação da sociedade na qual está inserido. - Formar, através da fundamentação teórico-prática, profissionais capazes de (re)construir os conhecimentos (com seus alunos) de forma participativa, interativa e vivencial. - Oportunizar a formação de educadores que compreendam a infância no seu processo histórico, percebendo a criança como um ser social, suas necessidades e suas linguagens (PPP CMP).

Oportunizar a formação de professores através da compreensão do que é aprender, de como se aprende onde se aprende, considerando que construir conhecimento decorre da relação com o outro e com o objeto a ser conhecido, estabelecendo uma constante relação entre teoria e prática e possibilitar ao aluno o entendimento infância, em seu processo social e histórico e da criança na situação de sujeito de direitos (PPP IIEEOB).

A preocupação expressa nos documentos dos Cursos analisados, ao contemplarem a dimensão de trabalho como princípio educativo, também é expressa nos documentos oficiais da EPT, o que acaba por aproxima-los, inclusive quando trata de seus princípios:

Art. 3º São princípios da Educação Profissional e Tecnológica: IV – centralidade no trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia (CNE/CP Nº 1, 2021).

Pelo exposto acima, percebe-se a aproximação entre os documentos que regulamentam o Curso Normal e a EPT sendo que ambos apresentam a proposta de trabalho como princípio formativo. No entanto, eles se aproximam também pela importância da vivência prática por parte dos estudantes, buscando de alguma forma uma relação com o futuro mundo do trabalho. Essa situação no Curso Normal já foi apresentada anteriormente, mas quanto à EPT, ela pode ser observada no Art. 33 das suas diretrizes:

Art 33 §1º A prática profissional supervisionada na Educação Profissional e Tecnológica compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações (CNE/CP Nº 1, 2021).

Tanto na EPT, quanto no Curso Normal, esse contato se mostra importante e como pode ser observado pelos excertos apresentados até aqui, ambos prezam esse contato com o futuro mundo do trabalho por meio de ações práticas. Essa oportunidade mostra-se importante para os estudantes, futuros profissionais, como destaca a interlocutora:

*//[...] o divisor de águas é quando ficam uma semana em sala de aula. Nós trabalhamos com projeto didático, então eles vão fazer um projeto, um planejamento, o que acontece? É a prática. Isso é antes do pré-estágio, quando eles ficam uma semana de aula. Eles têm que planejar e esse planejamento vai pra comissão dos professores. A gente corrige, dá retorno e eles replanejam. Mas quando tem oportunidade de ficarem uma semana em sala de aula, é assim: “é isso que eu quero, ou não é”. Muitos alunos dizem: “Ah, não tenho certeza, quando eu comecei, quando eu fiz a prática deslanchei.” Ou o contrário, “não é isso que eu quero, não me vejo atuando numa sala de aula com crianças.” Por isso que eu acho que as práticas são um divisor de águas [...]// (GF1 – X).*

A partir da importância delegada aos momentos em que os estudantes se veem como futuros profissionais, conforme apresentado pela interlocutora anteriormente mencionada, observa-se a importância e potencialidade do trabalho como princípio educativo. Com isso, os estudantes, tanto do Curso Normal quanto da EPT, têm a possibilidade de reconhecer como seu trabalho influi na sociedade e, principalmente, no contexto no qual está inserido, permitindo, assim, momentos de reflexão sobre seu trabalho, como sujeitos que compõem uma sociedade historicamente constituída e em constante movimento.

Neste estudo, os movimentos fazem parte da centralidade, não necessariamente os movimentos sociais referidos anteriormente e, desta forma, por se tratar de movimento, há dinâmica e por vezes o que está próximo em algum aspecto, está distante em outro. Até aqui, abordaram-se momentos de aproximação entre o Curso Normal e a EPT, já na seção seguinte será abordado seu momento de distanciamento através do trabalho para a Educação, realidade vivenciada pelos egressos do Curso Normal, bastante distinta dos egressos da EPT.

## 5. 2 SENTIDO DE DISTANCIAMENTO

### 5.2.1 Trabalho para a Educação

O trabalho para educação se mostra como um marco de diferenciação entre o Curso Normal e a EPT, visto que a relação destes profissionais egressos do Curso Normal com o trabalho se dá de forma diferente, já que produzem um trabalho pedagógico, caracterizado como improdutivo (FERREIRA, 2018). Diferentemente, a EPT busca atender a demandas de setores sociais e também econômicos, e em alguns casos acaba por ficar amarrada a demandas empresariais que preza pela produção de mais valia. Essa relação acaba por movimentar a EPT, fazendo com que receba uma valorização profissional que o Curso Normal já não tem mais. Essa situação é vivenciada e observada pelas interlocutoras ouvidas no Grupo Focal:

//

*//[...] é aquela questão, a gente se diz profissionalizante, mas eu acho que há algumas coisas como questão de investimento, de valorização que eu acho que ainda estão bem distantes. Eu acho que é a questão da valorização mesmo, porque a gente tá num momento que não só o Curso Normal, é a forma da educação num geral// (GF1 – X).*

*//[...] então isso é muito complicado, porque isso mexe também com a questão profissional da valorização do profissional frente a outro “ah eu fiz uma escola técnica”, “ah eu fiz o magistério.” É profissional, mas não é valorizado e esse é um dos grandes problemas. A gente forma tão bem quanto, mas não tem um status de ser tão valorizado. Aqui na minha cidade, eu sou do tempo da ETEFPel, mas passou pra IF, depois passou pra CEFET e agora é IFSul. “Ah, mas o IF...” ainda tem uma valorização do IF. “Ah, mas o IF... Vou para o IF... é Educação Profissional” Mas o Curso Normal também é Educação Profissional e não tem essa mesma valorização// (GF1 – X).*

*//[...] eu queria que tu fizesses uma pesquisa no seguinte sentido: a gente não pode chamar o Curso de profissionalizante, porque ele não é profissionalizante, ele não é Ensino Médio, então dá até pra fazer uma discussão naquilo que tu vais escrever sobre isso, em função das políticas públicas destinadas ao Curso [...]// (GF2 – Z).*

A partir das considerações das interlocutoras, fica evidente o sentido de valorização para os membros da EPT e, em contrapartida o sentido de desvalorização para aqueles que estão inseridos no Curso Normal. Além da vivência desses aspectos no dia a dia do Curso, eles são apresentados também nas políticas educacionais que não contemplam o Curso Normal como, por exemplo, no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos em suas quatro versões, apresentados anteriormente neste estudo.

A situação dúbia na qual o Curso se encontra, expressa pelas interlocutoras, também pode ser comprovada pelos programas educacionais recentes da EPT, como por exemplo, Novos Caminhos. Para a implementação desse programa, foi organizado um estudo apresentando os cursos profissionais com maior número de matrículas nas regiões e estados do país. Nestes dados, elaborados a partir do censo educacional, os organizadores optaram por

apresentar também o Curso Normal, que Rio Grande do Sul ocupa o terceiro lugar dentre os cursos profissionais de nível médio com maior número de estudantes matriculados, conforme demonstrado na Figura 12:

**Figura 12** – Número de estudantes matriculados em Cursos Técnicos no Rio Grande do Sul.

**10 cursos técnicos mais ofertados no estado por número de matrículas**

Curso técnico	Nº de matrículas	% do total
Enfermagem	19.851	16,30%
Administração	14.471	11,88%
Magistério	10.691	8,78%
Agropecuária	7.980	6,55%
Informática	7.793	6,40%
Contabilidade	5.273	4,33%
Segurança do Trabalho	4.676	3,84%
Eletrotécnica	4.647	3,81%
Mecânica	4.039	3,32%
Radiologia	3.022	2,48%

Fonte: Censo Escolar, 2019.

**Fonte:** Censo Escolar, 2019.

Posteriormente à apresentação desses dados que mostram uma quantidade significativa de estudantes matriculados no Curso Normal, apresentam-se, também, os eixos tecnológicos com maior número de matriculados no nosso estado, como pode-se observar na Figura 13.

**Figura 13** – Eixos Tecnológicos com percentual de estudantes matriculados.



**Fonte:** Censo Escolar, 2019.

Como se evidencia na imagem anterior, o Curso Normal se apresenta de maneira isolada e fora dos eixos tecnológicos e a justificativa apresentada pelo programa é que não haveria um eixo que contemplasse o Curso na qual o mesmo pudesse ser inserido. No entanto, há um eixo de Desenvolvimento Educacional e Social, mas não são apresentados os motivos pelos quais o Curso não se insere neste eixo, mas mesmo assim é mencionado. Dentre as possibilidades para não estar inserido, pode-se questionar a impossibilidade de invisibilizar 10.691 estudantes, no caso do estado do Rio Grande do Sul, número que fica ainda mais expressivo ao analisar outros estados, como, por exemplo, o Paraná que conta com 16.359 estudantes matriculados no Curso Normal.

A ausência do Curso nas políticas educacionais de EPT, faz com que esse acabe por ficar ausente dos auxílios, fomentos e manutenção, o que gera reflexos na sua infraestrutura e no fornecimento de materiais para realização do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores, como mencionado pela interlocutora ao se referir à necessidade dos professores adquirem o próprio material para o ensino

*//Essa questão também de que muitas vezes tu compras material, eu sei que é errado. Só que aí tu pensas: entre comprar o material para trabalhar com meu aluno ou não ter, o que é melhor? Claro que tem professores que dizem “hoje eu não vou comprar, não vou botar mais um real do meu bolso” e tudo bem. Eu acredito e concordo com o professor, só que eu trabalho com alfabetização e há coisas que eu quero e não tem, daí tenho que comprar. Só que isso é uma coisa do estado, do governo que deveria fazer e aí a desvalorização não é só no salário, é questão de não ter material, sabe? A gente fala “Ah, vamos trabalhar...” Eu sei que é importante que a gente seja criativo, como trabalhar com reciclagem, tudo bem, mas tu vais trabalhar só com reciclagem? Tudo bem que há a questão do meio ambiente, mas porque é a única coisa que sobra, que a gente não precisa colocar dinheiro. Então são coisas que a gente precisa questionar, pois essa questão da desvalorização é muito grande...// (GF1 – X).*

As colocações chamam a atenção para o contraponto que existe: enquanto na EPT, em geral, há laboratórios equipados, recursos instrumentais, sala de aula bem montada, o Curso Normal vivencia um contexto no qual se obriga a recorrer aos poucos recursos existentes, para que se mantenha, exigindo apoio de professores e às vezes recursos didáticos antes não pensados para a educação. A situação exposta acaba por levantar mais questionamentos do que repostas e as questões latentes que se apresentam são as seguintes: Por que o Curso Normal é deixado de lado mesmo que os programas educacionais o mencionem? Seria um problema da discrepância entre a educação federal e a educação estadual no RS? Ou seria devido ao fato de se tratar de um curso para profissionais da educação, que como um todo já se encontra precarizada?

Os resultados até aqui apresentados permitem evidenciar o distanciamento entre a EPT e o Curso Normal, apesar de não ser encontrada nenhuma justificativa legal para que isso ocorra. A única evidência são os impactos gerados no Curso Normal, que acabam refletindo nos futuros profissionais egressos, que encontram um contexto precarizado, no qual se encontra a educação atualmente. A seguir, serão apresentadas as considerações finais a partir das pesquisas documentais e bibliográficas, bem como dos dados produzidos, que permitiram apontar os resultados apresentados nesta sessão.

### 5.3 PARA ALÉM DE APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS: UM FUTURO INCERTO

A abordagem teórico metodológica que permeia este estudo, a AMS, reconhece os movimentos realizados socialmente, sendo esses resultantes de impactos econômicos, sociais, políticos, culturais, entre outros. Portanto, mesmo com os resultados apresentados sobre as aproximações e distanciamentos entre o Curso Normal e a Educação Profissional e Tecnológica, reconhece-se que esses ainda estão e estarão em movimento e, com isso, não é possível traçar uma perspectiva futura real para ambas as modalidades. O futuro de incertezas é outra característica que acaba por aproximá-los, questão que surgiu a partir do Grupo de Interlocução, realizado com uma das coordenadoras que participou anteriormente do Grupo Focal.

*//Nós estamos em um período muito turbulento e muita gente não sabe... isso é de um mês pra cá. Aconteceu tudo muito repentino. Nós não sabemos ainda se são questões definidas, principalmente a questão do Ensino Médio, porque aqui em Pelotas, a única escola municipal de Ensino Médio é o Pelotense e a única escola municipal com o Curso Normal também é o Pelotense. A gente sempre colocou que éramos itinerário formativo, só que com a mudança do Ensino Médio que ocorreu no meio do ano, em plena pandemia, sem discussão, mexeu com a vida de todos os professores do estado, porque de um dia para o outro mudou a base, então são muitas incertezas...// (GI – X).*

As considerações destacadas pela professora esclarecem as incertezas na qual o contexto da Educação está novamente inserido, e junto dele está o Curso Normal. Fica evidente o impacto da implementação das políticas, que acabam por se apresentar como ameaça ao Curso, ao invés de apresentar algum encaminhamento satisfatório. Mesmo se referindo à última reforma do Ensino Médio, que teve origem com a Lei 13.415/2017, as legislações que acabam

por apresentar ameaças ao Curso acompanham sua trajetória histórica, a exemplo disso, tem-se a LDB de 96, como pontua a interlocutora:

*//[...] pois teve a reforma no estado e nós vamos ter que fazer alterações no município, e como tu muito bem colocaste, com a história do Curso que sempre foi ameaçado, até mesmo com a LDB de 96, mudou a nomenclatura, em 71 era magistério, em 96 passou para Curso Normal e é uma das coisas que temos que estar sempre trabalhando, pois nos sentimos sempre ameaçados, **temos que estar sempre mostrando nosso potencial, nossa qualidade, ensino como primeira formação, porque não queremos que os professores parem no Curso Normal e isso é construção, que parte do estudo dos professores pra se manter enquanto Curso**// (GI – X, grifo nosso).*

Os estudos de Ferreira (2021, p. 21), também destacam a forma como a LDB de 96 alcançou o Curso:

*[...] a publicação da LDB 9.394/96 apresentou um golpe certeiro nos cursos normais, indicando, no artigo 62, que a formação de professores acontecesse no Ensino Superior. Com isso, os cursos normais foram relegados a um plano complementar (e não obrigatório) na educação dos professores, conferindo aos egressos um lugar de “técnicos” básicos da educação, com possibilidade de trabalhar como auxiliares na Educação Infantil, pois sua formação é mínima para profissionais da educação (FERREIRA, 2021, p. 21).*

A autora ainda pontua que “vive-se, desde então, o ocaso do Curso Normal” (FERREIRA, 2021, p. 21). Dessa forma, as ameaças a partir das legislações, fizeram com que o Curso, através das pessoas que o constituem, desenvolvessem mecanismos de resistência, para que ele continue existindo até os dias atuais. A luta é característica constante do Curso e, por diversas vezes, foi expressa na fala da professora coordenadora, mostrando que essa característica já está imbricada no trabalho pedagógico desenvolvido:

*//[...] o que temos acompanhando é que alguns municípios já estão optando por não ter mais Curso Normal. Isso nos dá um desespero, nós vamos lutar até o final [...] mas nosso receio é que a gente não sabe do futuro e o que ele nos trará [...] **Como eu falei no Grupo Focal, é sempre uma luta... mas agora está cada vez mais, porque não sabemos ainda como que é que vai ser o futuro, mas é lutar até o final, com certeza!** Enquanto não disserem, enquanto não “apagarem as luzes” nós vamos continuar brigando por isso, porque é um Curso em que a gente acredita// (GI – X, grifo nosso).*

Nesse caso, com a fala da professora, o verbo “lutar” assume o sentido do verbo “existir”, ficando evidente, através do relato, que aqueles que durante a luta se cansaram, ou não tiveram um “contingente” de apoio, acabaram por não resistir e desistiram. Durante o percurso da pesquisa, fica evidente o envolvimento pessoal da professora coordenadora com o Curso e sua crença no potencial, na relevância social e profissional, o que acaba refletindo no

trabalho que desenvolve e também no Curso que coordena. No entanto, a preocupação com o futuro incerto do Curso não acontece somente nos âmbitos pesquisados neste estudo e, aparentemente seu *status* como modalidade<sup>17</sup>, neste contexto da reforma implementada, acaba por permitir momentaneamente que não seja reduzido à itinerário formativo. Essa situação se difere da Educação Profissional, que apresentava como proposta uma formação ampla e integral, que corre risco. Como a interlocutora bem salienta, o futuro é um caminho incerto, pois as políticas implementadas historicamente acabam por contribuir para o desmantelamento do Curso e assim acontece:

[...] a perda de uma finalidade, o de ser lugar para educação dos futuros professores, a partir da LDB5.692/71, que determinou que o Curso passasse a ser magistério e, mais abruptamente, a partir da LDB 9.394/96, que exigiu licenciatura para os professores da Educação Infantil e Anos Iniciais, o *glamour* se dissipa (FERREIRA, 2021, p. 31).

A partir disso, não é possível tecer perspectivas futuras, mas algumas considerações finais momentâneas, que são apresentadas no capítulo a seguir.

---

<sup>17</sup> Curso Normal permanece como modalidade de ensino no Novo Referencial Curricular Gaúcho, esclarece audiência pública. Disponível em <<https://cpers.com.br/curso-normal-permanece-como-modalidade-de-ensino-no-novo-referencial-curricular-gaicho-esclarece-audiencia-publica/>> Acesso em 04 set 2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar considerações finais, neste estudo, ao qual dediquei períodos da minha existência, mostra-se como um importante passo tanto profissional quanto pessoal, já que todo final de um ciclo, representa o início de outro. Esta dissertação se vale da analogia do ocaso para o Curso Normal e da alvorada para a EPT a partir da música a canção “Alvorada”, do cantor Angenor de Oliveira, popularmente conhecido como Cartola. A analogia é válida, pois expressa o movimento dos astros no céu, assim como ocorreram movimentos ao longo da história que fizeram com que os objetos de estudo, aqui abordados, encontrassem-se na atual conjuntura.

Ao assumir a perspectiva dialética que norteou este estudo, destaco ainda que as considerações são momentâneas, e que os movimentos apresentados neste estudo não cessam com a sua finalização. Dessa forma, o Curso Normal e a Educação Profissional e Tecnológica podem continuar se aproximando ou se distanciando ao longo do período que está por vir, já que esse está encoberto por uma névoa de incertezas. Apesar de compreender que os movimentos continuam após o fim deste estudo, a seguir serão apresentadas algumas considerações tecidas sobre três aspectos: i) os aspectos metodológicos que nortearam o estudo; ii) a relação entre a EPT e o Curso Normal e iii) as instituições pesquisadas representadas pelos sujeitos que participaram desta pesquisa.

Sobre os aspectos metodológicos deste estudo, a premissa que o norteou foi a de que, devido às aproximações entre o Curso Normal e a EPT, as políticas educacionais deveriam contemplar ambas as modalidades, sendo que o Curso Normal ainda é garantido como formação mínima para os professores dos Anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil. Dessa forma, contribui significativamente para o preparo desses trabalhadores em nosso país, por isso, mas não somente pelas razões expostas, justificar-se-ia sua manutenção e regulamentação. A partir disso, o objetivo do estudo foi analisar as aproximações e distanciamentos dos sentidos de Curso Normal como EPT, a partir das políticas e experiências de formação de professores para os anos iniciais em escolas do Curso Normal de Santa Maria e Pelotas. Em sequência, iniciou-se a pesquisa sobre o Curso Normal, através de pesquisas documentais e bibliográficas, a fim de encontrar estudos anteriores que tratassem da relação entre o Curso Normal e a EPT, bem como as políticas e programas educacionais que os contemplam.

Os objetivos específicos que organizaram e orientaram este estudo foram os que se apresentam a seguir: Sistematizar o Curso Normal no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

(CNCT) em suas quatro edições e na Educação Profissional no Brasil; que permitiu reconhecer o CNCT, bem como seus objetivos e orientações em relação aos cursos técnicos. Entretanto, permitiu, também, identificar particularidades que trouxeram mais questionamentos que respostas, como a que se apresenta: Por que o Curso Normal está ausente do catálogo se há um eixo específico para o Desenvolvimento Educacional e Social? A resposta para tal questionamento não foi evidenciada nos documentos analisados, para tanto, atribui-se o fato de ser um Curso que prepara profissionais para a educação, sendo que esses não seriam reconhecidos como possíveis “técnicos”, ou até mesmo pelo contexto de desvalorização no qual a educação está inserida.

No segundo objetivo, contextualizar a política de formação de professores em nível médio e a política da Educação Profissional, evidenciou-se que não há uma política de formação de professores em nível médio, diferentemente da EPT, que apresenta uma política nacional de implementação e regulamentação. O que há para o Curso Normal são legislações que não acompanham a atualidade e que não apresentam, necessariamente, conexão uma com a outra. A partir de tal situação, percebe-se que o Curso Normal encontra-se em um “limbo”, como anteriormente já destacado por uma das interlocutoras durante o Grupo Focal. Entretanto, a EPT após passar por períodos sem uma devida atenção política, parece ter encontrado, em 2008, com a implementação da Rede Federal de Educação Profissional um caminho satisfatório para a consolidação da EPT em seu sentido amplo, integral e unilateral. Apesar dos desafios encontrados, busca-se afastar das amarras de uma educação voltada para o mercado de trabalho.

Após as elaborações mais amplas sobre o Curso Normal, políticas e a EPT, passou-se ao terceiro objetivo específico que tratou de elaborar referencial teórico sobre a historicidade do Curso Normal em escolas públicas de Santa Maria e Pelotas. Esse objetivo foi proposto para contribuir com os estudos sobre o Curso Normal, auxiliando na divulgação da historicidade das Instituições pesquisadas, uma vez que, após a pesquisa nos repositórios, identificou-se uma baixa quantidade de estudos anteriores que tratavam do Curso Normal nas referidas. Além disso, a retomada da historicidade das Instituições permitiu com que o pesquisador tivesse maior contato com ambas as realidades, de modo com que desenvolvesse uma forma de aproximação em um momento que o distanciamento era exigido. Os movimentos e mudanças que o Curso Normal sofreu, ao longo do tempo, podem ter contribuído em certa medida para a dificuldade de encontrar um número mais expressivo de estudos e pesquisas. A exemplo dessas mudanças ao longo do tempo, tem-se a própria nomenclatura: inicialmente era denominado Curso Normal, posteriormente passou a ser denominado Magistério e agora, novamente, é reconhecido, oficialmente, como Curso Normal.

O quarto objetivo específico foi compreender a situação da formação de professores, atualmente, nas escolas de Santa Maria e Pelotas. Assim, buscou-se, a partir dele, uma aproximação com as práticas do curso em estudo. Essa proximidade, dado o contexto pandêmico, teve de ser revista e reorganizada de modo a assegurar a saúde dos envolvidos. Apesar dos ajustes, a proximidade mesmo que de modo virtual, permitiu troca de experiências enriquecedoras para ambos os Cursos, para o pesquisador e também para a pesquisa. Além disso, demonstrou como os Cursos se organizam para manter sua existência, como mencionado no Grupo Focal pelas interlocutoras, como os Cursos ofertam educação de qualidade, preocupados com os profissionais que serão egressos da instituição. Por fim, o quanto ambas as instituições, representados pelas suas coordenadoras, acreditam no Curso Normal como Educação Profissional, revelando uma relação subjetiva entre todos os sujeitos envolvidos com o Curso Normal.

Ainda contemplando esse objetivo específico, a aproximação com os Cursos estudados teve de ser realizada dentro das possibilidades viáveis e que mantivesse a segurança de todos envolvidos, já que, devido aos protocolos de segurança, essa aproximação não pôde ser presencial. Então, as adaptações foram feitas recorrendo ao uso de ferramentas tecnológicas, assim organizadas: i) implementação de questionário via *Google Forms* com os estudantes de ambos os Cursos; ii) realização de Grupo Focal com as coordenadoras dos Cursos (especialmente nesse momento, o distanciamento físico parecia um empecilho para a produção de dados, no entanto a realização do Grupo Focal *on-line* proporcionou um momento de interação e troca de experiências que dificilmente ocorreria em outra situação); iii) realização do Grupo de Interlocação após a análise dos dados, contando com a participação de uma das coordenadoras que participou do Grupo Focal. Obteve-se participação de apenas uma das coordenadoras, pois a outra não está mais na instituição pesquisada. Apesar disso, foi um momento importante de devolutiva da pesquisa para a Instituição e percebeu-se o quanto a participante sentiu-se valorizada.

Com a produção dos dados ao longo deste período, buscou-se um aporte teórico-metodológico que desse conta dos movimentos encontrados que, por ora, aproximavam o Curso Normal da EPT e por ora acabavam por distanciá-los. Recorreu-se à Análise dos Movimentos de Sentidos (AMS), que permitiu evidenciar sentidos de aproximação e sentidos de distanciamento entre o Curso Normal e a EPT, através de três categorias analisadas: formação para o trabalho e trabalho como princípio educativo, sendo que essas acabam por aproximá-los, e Trabalho para a Educação acaba por distanciá-los.

A partir dos resultados obtidos posteriormente à análise, passa-se a tratar da aproximação entre a EPT e o Curso Normal e, ao retomar a trajetória que permitiu compor este estudo, considera-se que o Curso Normal, inclusive os abordados aqui, apresentam períodos históricos distintos. Inicialmente, encontrava-se junto aos demais cursos profissionais, como o comercial, industrial e agrícola e era tratado pelas políticas com certa similaridade. Entretanto, a partir das Leis Orgânicas implementadas na década de 40 passou-se a tratá-lo de forma distinta, uma vez que não estava diretamente relacionado com a produção de bens, passou a não ser visto com tanta importância. Nesse período, a EPT ainda não era assim reconhecida e apresentava característica de formação para o preparo de mão de obra que deveria atender a demandas do mercado de trabalho.

Desde então, o Curso Normal e a EPT seguiram percursos diferentes: enquanto a EPT traçava sua rota para a alvorada, o Curso Normal se encaminhava para o ocaso. Com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996, a discrepância aos poucos toma forma quando essa Lei inicialmente exige a formação em nível superior para os professores (mesmo depois isto sendo revogado), e começa a apresentar a Educação Profissional e Tecnológica como proposta mais ampla. A EPT recebeu destaque ainda maior em 2008 com a implementação da Rede Federal de Educação Profissional.

Como já apresentado neste estudo, a EPT vem sendo regulamentada e alterada por diversas políticas, inclusive com diferentes ênfases, enquanto que o Curso Normal não foi atendido. Entretanto, com os dados produzidos, é possível identificar aproximações entre ambos, além de evidenciar que o Curso ainda tem procura por diferentes sujeitos, estejam cursando o nível médio ou até mesmo já tendo concluído o nível superior. A partir dessa busca, acabam preparando trabalhadores da Educação, o que por si só justificaria o olhar atento ao curso. Mesmo a Lei indicando que os professores devessem ter formação em nível superior, nesse período de estudo e de proximidade com o Curso, foi possível evidenciar uma procura por sujeitos que já possuem nível superior. Então, será que os cursos de nível superior não estão contemplando de forma integral o preparo para os profissionais da Educação? Também, foi possível evidenciar uma proximidade do Curso com o mundo do trabalho dos futuros professores, o que não é encontrado em grande parte dos cursos de nível superior. Essa proximidade do Curso com o mundo do trabalho dos estudantes é uma aproximação do Curso com a EPT, que também possui esta atenção na relação entre a formação e o mundo do trabalho.

A atenção e cuidado com os futuros profissionais da Educação são características comuns nas duas instituições estudadas e, assim, passa-se a tecer considerações sobre as mesmas. Embora já houvesse contato anterior com os Cursos abordados nesta pesquisa, durante

esta trajetória ocorreu uma maior aproximação com essas instituições e com os sujeitos que as compõem o que fez com que aumentasse a estima por esses. Ao referir as pessoas que constituem os Cursos, com os Grupos Focais, pode-se evidenciar o quanto a subjetividade das coordenadoras envolve o trabalho que realizam. A subjetividade dessas profissionais acaba por mobilizar e permitir com que os Cursos se mantenham existindo e resistindo, apesar das condições, de certo modo, desfavoráveis.

Importante registrar que o Grupo de Interlocução, momento importante de compartilhamento dos principais resultados evidenciados com interlocutores, demonstrou o futuro de incertezas do Curso Normal, a qual também se estende à EPT, através das políticas e reformas educacionais implementadas. Além disso, permaneceu a relação entre a luta dos sujeitos que compõem o Curso Normal e a sua existência, de modo que o ato de lutar para existir faça parte do trabalho pedagógico desenvolvido ao longo da historicidade do Curso, o qual se já se encontrou e ainda se encontra sob ameaça de diversas políticas e reformas já implementadas.

A subjetividade perpassa a gestão e envolve os estudantes que acabam por desenvolver o mesmo sentimento, fazendo com que esteja presente nos diferentes âmbitos das instituições. Por mais que haja a relação de afeto envolvendo o trabalho desenvolvido, com a pesquisa, a partir dos dados produzidos nas instituições, ficou evidente que os sujeitos não se tornaram capazes, ao longo do tempo, de melhorar a infraestrutura e as condições de trabalho, bem como todo e qualquer trabalhador da educação. Isso requer aporte financeiro e fomento para condições adequadas para o desenvolvimento do trabalho a ser realizado, políticas de manutenção e apoio, e não políticas que se apresentem somente como ameaça ao Curso. Desse modo, essas ações farão com que o curso consiga cumprir sua função social com mais excelência, preparando profissionais para o mundo do trabalho, fazendo com que esses compreendam o contexto no qual se inserem e, a partir disso, possam contribuir para a implementação da Educação no seu sentido amplo, tendo, para tanto, que se afastar das constantes disputas para que se mantenha formando excelentes profissionais, mesmo que tenha que lutar incansavelmente para resistir.

Os sentidos apresentados neste estudo tratam da aproximação do Curso Normal com à EPT (Formação para o trabalho e Trabalho como princípio educativo) e seu distanciamento (Trabalho para a Educação). No entanto, como já mencionado anteriormente, os sentidos seguem em movimento após a finalização deste estudo. Ambos os contextos pesquisados seguem sob as incertezas de uma nova política educacional em fase de implementação, sendo os impactos sob o Curso Normal e a EPT desconhecidos e diferentes, uma vez que se encontram

em situações atualmente bastante distintas, enquanto um se encaminhava para o ocaso, o outro estava em sua alvorada. Mas quanto tempo há para a alvorada tornar-se ocaso, ou o ocaso tornar-se novamente a alvorada?

Por fim, este estudo que tratou do Curso Normal como Educação Profissional e Tecnológica não tem intenção de apresentar juízo de valores, indicando que um Curso seja melhor que outro por estar ou não estar presente em um Catálogo. Contudo, encerra-se com uma questão: dadas as aproximações entre o Curso Normal e a EPT aqui apresentadas, por que o Curso Normal não é contemplado pela política de Educação Profissional e Tecnológica, uma vez que neste estudo mostram-se a proximidade dos Cursos a partir dos dados produzidos? Desse modo, é a partir dessa questão que me movimento para as próximas pesquisas, como, por exemplo, questionar qual a situação dos estudantes egressos? Qual a perspectiva para o Curso? A formação de professores somente em nível superior consegue suprir as necessidades para combater os índices de analfabetismo, principalmente de jovens e adultos em nosso país?

Assim como o estudo do Curso Normal e da Educação Profissional e Tecnológica mostram a necessidade de novos estudos, a política do Novo Ensino Médio a ser implementada e a começar alvorada de primeiras orientações e decisões importantes, disputas visíveis e invisíveis se configuram e mais uma vez passa-se a problematizar – qual o lugar da formação integral, da formação integrada na Educação Básica, qual o lugar da formação de professores em nível médio (tão necessária e com grande destaque, visto o que observou-se nas realidades pesquisadas), qual o lugar da Educação Profissional? Será que ambas serão restringidas apenas a um itinerário formativo? Questões que não se encerram.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Antônio Maurício Medeiros; PERES, Eliane; MACIEL, Patrícia Daniela. Aspectos da criação do Curso de Magistério do Colégio Municipal Pelotense (1992): contribuições à história da formação docente. In.: TAMBARA, Elomar; CORSETTI, Berenice; **Instituições formadoras de professores no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Ed. Da Universidade UFPEL, 2008.
- AMARAL, Giana Lange do. **O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas**. Pelotas: Seiva Publicações/Ed. Universitária – UFPel, 1999.
- BAIROS, Catia Pascotini. Histórias de vida e narrativas de quatro professoras normalistas. 2018. 157f. **Dissertação** (Mestrado). Curso de Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16682>>. Acesso em: 04 set. 2020.
- BOLLMANN, Maria Graça Nóbrega; AGUIAR, Letícia Carneiro. LDB - projetos em disputa: da tramitação à aprovação em 1996. **Retratos da Escola**, v. 10, n. 19, p. 407-428, 15 fev. 2017. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v10i19.703>. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/703>>. Acesso em: 25 set. 2020.
- BRAIDO, Luiza da Silva. **Valorização profissional e feminização dos professores: um estudo a partir do Curso Normal do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac, de Santa Maria/RS, entre 1901 e 1970**. 2018. 50f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.
- BRASIL. **Decreto Lei Nº. 8.530, de 02 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/533569/publicacao/15774477>> Acesso em 17 set. 2020.
- BRASIL. **Decreto Nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)>. Acesso em 16 set. 2020.
- BRASIL. **Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9)> Acesso em 16 set. 2020.
- BRASIL. **Decreto Nº. 4.322, de 30 de maio de 1921**. Institue uma Escola Complementar na cidade de Santa Maria. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/161632/decreto%204321%20-%201929%282%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 16 set. 2020.

BRASIL. **Decreto Nº. 97, de 16 de julho de 1941.** Reorganiza, em novas bases, a Escola Complementar "Olavo Bilac", da cidade de Santa Maria, e da outras providencias: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105585>>. Acesso em 16 set. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394** (n. 009394). Brasília, 1996. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm)>. Acesso em 04 out. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 16 set. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso 15 out 2020.

BRASIL. **Lei Nº 12.796,** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências, de 4 de abril de 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm)>. Acesso em: 17 set. 2019.

BRZEZINSKI, Iria. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 185-206, Out 2010. <<https://doi.org/10.1590/S1981-77462010000200002>>. Acesso em 25 Out. 2020

CIAVATTA, Maria.; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil. Dualidade e fragmentação. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45/42>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

CIAVATTA, Maria. Trabalho como Princípio Educativo. **Dicionário da educação profissional em saúde**. EPSJV: Rio de Janeiro, 2009. p.114-118. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/143.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

COSTA, Patrícia Furtado Fernandes; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Referências Históricas e Teóricas Para a Análise Crítica da Produção do Conhecimento no Brasil Sobre Currículo Integrado e Ensino Médio Integrado. **Revista Trabalho Necessário**, [S.l.], v. 18, n. 35, p. 124-147, jan. 2020. ISSN 1808-799X. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40495>>. Acesso em: 21 jul. 2020. doi: <https://doi.org/10.22409/tn.v18i35.40495>.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**. v. 14, n. 28, p. 123-144, 2010. ISSN 1413-7704. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>>. Acesso em 15 out. 2020.

DESLANDES, Suely Ferreira; O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org) **Pesquisa Social; Teoria Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FAGUNDES, Josiane Lara. **O Trabalho Pedagógico, as Políticas Públicas de universalização da Educação Básica e o Curso Normal: entre cabotagens, naufrágios e travessias**. 2015. 209f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/7213>>. Acesso em: 04 set. 2020.

FERREIRA, Liliana Soares. Discursos em análise na pesquisa em educação: concepções e materialidades. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 25, e250006, 2020. Acesso em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782020000100200&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782020000100200&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 31 Out. 2020. Epub Mar 02, 2020. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782019250006>.

FERREIRA, Liliana Soares. Trabalho Pedagógico na Escola: do que se fala? **Educação e Realidade** [online]. v.43, n.2, pp.591-608., 2018. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623664319>.

FERREIRA, Liliana Soares; A Historicidade do Curso Normal e o Trabalho Pedagógico Escolar: apontamentos a partir dos estudos realizados pelo Kairós – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas/UFMS. In.: BRAIDO, Luiza da Silva; ZIMMERMANN, Ana Paula da Rosa Cristino; NASCIMENTO, Marina Ramos de Carvalho; FERREIRA, Liliana Soares. (Orgs). **Curso Normal: Historicidade e desafios para o trabalho pedagógico na escola**. Curitiba: CRV, 2021.

FERREIRA, Liliana Soares; BRAIDO, Luiza da Silva; DE TONI, Dulcineia Libraga Papalia.. Pedagogia nas Produções Acadêmicas da Pós-Graduação em Educação no RS: Análise dos Movimentos de Sentidos. **Revista Cocar**, n. 8, p. 146–164, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3052>>. Acesso em: 31 Out. 2020.

FERREIRA, Liliana Soares; CALHEIROS, Vicente Cabrera; SIQUEIRA, Silvia de. Educação profissional e tecnológica no Rio Grande do Sul com base em leitura das pesquisas na pós-graduação no estado. **Perspectiva**, v. 38, n. 2, p. 1–22, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65080>>. Acesso em: 31 Out. 2020.

FERREIRA, Liliana Soares; CORRÊA, Marcos Britto; ANDRIGHETTO, Marcos José. Uma análise de teses e dissertações sobre universidade no Brasil: sentidos, historicidade e contradições. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e021006, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8664163/26623>>. Acesso em: 03 set. 2021.

FERREIRA, Liliana Soares; SIQUEIRA, Silvia; LAMPE, Leandro. Curso Normal como educação profissional nas políticas públicas: fatos e artefatos. In: MARASCHIN, Mariglei Severo; ANDRIGHETO, Marcos José; ALMEIDA, Ana Paula; FERREIRA, Liliana Soares. **Políticas na Educação Profissional: historicidade e realidades**. Curitiba: CRV, 2020. p. 211-229.

FERREIRA, Liliana Soares; **Trabalho pedagógico na escola: sujeitos, tempo e conhecimentos**. Curitiba: CRV, 2017.

FERREIRA, Liliana; FIORIN, Bruna Pereira Alves; AMARAL, Cláudia Letícia de Castro; MARASCHIN, Mariglei Severo. Grupos de interlocução como técnica de produção e sistematização na pesquisa em educação. **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 14, n. 41, p. 191-209, jul. 2014. ISSN 1981-416X. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2329>>. Acesso em: 12 set. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.DS09>.

FIORIN, B. P. A. **Trabalho e pedagogia: considerações a partir dos discursos de pedagogas na escola**. 2012. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Organicom**, v. 5, n. 9, p. 90-100, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GOMES, Adriana Cristina. **Memórias "Bilaquianas" - O Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac na constituição docente de professoras**. 2018. 97f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15609>>. Acesso em: 04 set. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 07 ago 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: INEP, 2019. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 07 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017**. Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 07 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2016**. Brasília: INEP, 2017. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 07 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2015**. Brasília: INEP, 2016. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em 07 ago. 2020.

KUENZER, Acácia Zeneida. O trabalho como princípio educativo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 68, p. 21–28, 2013. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1118>>. Acesso em: 12 Set. 2021.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MACHADO, Lucília; Ensino médio técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, Jaqueline; *et al.*; **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. 1. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, Dec.2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022006000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022006000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 29 Out. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000300003>.

MARASCHIN, Mariglei Severo. **Dialética das Disputas: trabalho pedagógico a serviço da classe trabalhadora?** Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org) **Pesquisa Social; Teoria Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, Marco Antonio. O professor-pesquisador como instrumento de melhoria do ensino de ciências. **Em Aberto**. Brasília. N. 40. 1988.

NASCIMENTO, Francinaide de Lima Silva. **A escola normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)**. 1. ed. Natal: Editora IFRN, 2018.

OYARZABAL, Grazela Macuglia. A organização da educação brasileira. In: ULBRA (Org.). **Fundamentos Teóricos e Metodológicos dos Anos Iniciais**. 20. ed. Curitiba: Ibplex, 2008. p. 34-55.

PRADO, Caroline. **Avaliação econômica e política da economia brasileira de 1961-1964: O alcance e os limites dos governos Jânio e Jango**. 2013, 146 f., Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina – (UFSC). Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/116049/Monografia%20da%20Caroline%20Prado.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 28 out. 2020.

RAMOS, Marise; Currículo Integrado. In.: PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da educação profissional em saúde**. EPSJV: Rio de Janeiro, 2008. p.114-118. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/143.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

RAMOS, Marise; Ensino Médio Integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In.: MOLL, Jaqueline (Org.) **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-57.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 10, de 4 de abril de 1835. **Dispõe sobre a organização do ensino normal e estabelece as normas de ingresso nesta modalidade de ensino**. Rio de Janeiro, 1835. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99970/1835\\_10\\_abril\\_Ato\\_n%20b10\\_Cria\\_Escola\\_Normal.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99970/1835_10_abril_Ato_n%20b10_Cria_Escola_Normal.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 02 Out. 2020.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>> Acesso 02 out 2020.

SAVIANI, Dermeval. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. **Educação**. v.30, n.2, p. 11-26, 2005. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/ce/revista>>. Acesso em 02 out. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-167, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em 15 out 2020.

SCHNETZLER, Roseli Pacheco; ARAGÃO, Rosália Maria. Importância, sentido e contribuições de pesquisas para o ensino de Química. **Química Nova na Escola**, n. 1, p. 27-31, 1995. Disponível em: <<http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc01/pesquisa.pdf>>. Acesso em 09 set 2020.

SIQUEIRA, Sílvia; **Integração Curricular e Trabalho Pedagógico: uma análise com base nos discursos de professores do IFFar Campus Júlio de Castilhos**. 2020. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/21119/DIS\\_PPGEPT\\_2020\\_SIQUEIRA\\_SILVIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/21119/DIS_PPGEPT_2020_SIQUEIRA_SILVIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em 03 set. 2021.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil**. 1926-2013. 2016. 378f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22005/1/2016\\_PedroHerculanoGuimar%C3%AAsFerreiradeSouza.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22005/1/2016_PedroHerculanoGuimar%C3%AAsFerreiradeSouza.pdf)>. Acesso em 22 out 2020.

TAMBARA, Elomar; CORSETTI, Berenice; **Instituições formadoras de professores no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Ed. da Universidade UFPEL, 2008.

TAMBARA, Elomar; Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-riograndense de instrução pública no século 19. **História da Educação**. v. 2, n. 3, 1998. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30720>>. Acesso em 28 set 2020.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. **A primeira Escola Normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990. Disponível em: <[http://www.proped.pro.br/teses/teses\\_pdf/2009\\_1-517-ME.pdf](http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2009_1-517-ME.pdf)>. Acesso em 09 set. 2020.

WILLI, Patrícia Bonow Fassbender; **As expectativas formativas dos estudantes do Curso Normal do Colégio Municipal Pelotense**. 2020. 225f. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias na Educação) – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense – *Campus* Visconde da Graça, Pelotas, 2020. Disponível em: <[http://ppgcited.cavg.ifsul.edu.br/mestrado/images/downloads/dissertacoes/Dissertacao\\_Patricia\\_Bonow\\_Fassbender\\_Wille](http://ppgcited.cavg.ifsul.edu.br/mestrado/images/downloads/dissertacoes/Dissertacao_Patricia_Bonow_Fassbender_Wille)>. Acesso em 02 set. de 2021.

**APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO****Questionário****Identificação**

1. Qual a sua idade?

( ) 15 ( ) 16 ( ) 17 ( ) 18 ( ) mais

- Encontrar a faixa etária dos estudantes do Curso Normal

2. Qual sua cidade natal?

- Verificar se os estudantes continuam migrando de outras cidades para se formarem professores em Curso Normal, como ocorria historicamente

3. Qual seu gênero?

( ) feminino ( ) masculino ( ) outro

- Identificar o gênero dos estudantes.

4. Qual a modalidade em que você estuda?

( ) integrado ao Ensino Médio

( ) aproveitamento de estudos

- Identificar qual das modalidades possui mais estudantes

5. Atua na área de formação profissional, como estagiário ou de alguma outra forma?

( ) sim; qual? \_\_\_\_\_

( ) não;

- Identificar a possibilidade de ingresso dos estudantes no mundo do trabalho.

**Percepções sobre o curso**

6. Para você, o que representa ser estudante do Curso Normal?

- Para analisar o significado do curso normal a partir dos estudantes em ambas instituições.

7. O que fez você optar pelo Curso Normal?

- Para analisar as expectativas dos estudantes para como o Curso.

8. Qual componente curricular você mais se identifica no Curso?

- Identificar se maior identificação com disciplinas da área profissional ou disciplinas básicas.

9. Qual experiência vivida no curso aproxima você da formação de professores?

- Identificar possível aproximação com a formação de professores por parte dos estudantes

10. No seu curso, você observa a relação entre os componentes curriculares de pedagógicas/didáticas e as disciplinas gerais?

- Identificar a existência de uma integração curricular.

## **APÊNDICE II - QUESTÕES NORTEADORAS PARA O GRUPO FOCAL**

### **Questões norteadoras para o Grupo Focal**

#### **Historicidade**

1. Como vocês descreveriam a historicidade e a atualidade do curso que coordenam?
2. A historicidade da instituição é reconhecida pela comunidade escolar, principalmente pelos estudantes do Curso?
3. Como a historicidade do Curso contribui na formação profissional dos estudantes?

#### **Políticas**

4. Como percebem a situação do Curso atualmente no contexto de políticas educacionais que regulamentam a educação?
5. Qual a situação do Curso atualmente perante ao fomento para manutenção, valorização, etc.? Recebe auxílio dos governantes, comunidade, etc.?
6. Consideram o Curso como sendo Técnico ou Tecnológico? Em quais situações que evidenciam essas semelhanças/diferenças?

#### **Sujeitos atuais**

6. Qual a situação do Curso quanto a procura pelos estudantes, como e quantos ingressam e concluem o Curso?
7. Percebem fatores que podem contribuir para a permanência e êxito destes estudantes no Curso?
8. Como é o ingresso destes estudantes no mundo do trabalho? Fazem estágios extra curriculares durante o Curso?

#### **Currículo/Trabalho Pedagógico**

9. Existem atividades no Curso que permitam e estimulem a integração curricular? Quais?
10. Vocês consideram o currículo do Curso Normal como currículo integrado?
11. Como descreveriam o trabalho pedagógico no Curso que coordenam?
12. Como o trabalho pedagógico dos professores do Curso contribuem para a formação profissional dos estudantes?

### APÊNDICE III - TRABALHOS DE PÓS-GRADUAÇÃO REFERENTES AO CURSO NORMAL ENCONTRADOS NO REPOSITÓRIO DIGITAL MANANCIAL (UFSM)

#### Trabalhos de pós-graduação referentes ao Curso Normal encontrados no repositório digital Manancial (UFSM)

Autor	Título	Palavras-Chave	Ano	Curso
Silveira, Marlise Grecco de Souza	As contribuições das oficinas temáticas ambientais na formação de alunos do curso normal médio e nos anos iniciais do ensino fundamental	Educação Ambiental; Oficinas Temáticas; Curso Normal Médio; Anos Iniciais.	2014	Mestrado – PPG Educação em Ciências
Fagundes, Josiane Lara	O Trabalho Pedagógico, as políticas públicas de universalização da educação básica e o curso normal: entre cabotagens, naufrágios e travessias	Trabalho Pedagógico; Curso Normal; Políticas públicas de universalização da Educação Básica.	2015	Mestrado – PPG em Educação
Gomes, Adriana Cristina	Memórias “Bilaquianas” – o Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac na constituição docente de professoras	Curso Normal; Formação de professores; Trajetória profissional; Pesquisa (auto)biográfica.	2018	Mestrado Profissional – PPG Políticas Públicas e Gestão Educacional
Lara, Simone	Saúde cardiovascular como tema gerador no curso normal	Educação e Saúde; Educação em Ciências; Saúde cardiovascular; Curso Normal; Atividades Lúdicas.	2013	Doutorado – PPG Educação em Ciências
Pereira, Iolanda Regina Dias	Evasão no curso normal	Evasão; Ensino-Aprendizagem; Curso Normal.	2005	Especialização – Educação com ênfase em Gestão Educacional
Vargas, Andressa Silveira	Uso das TIC na formação inicial de professores no curso normal em nível médio em uma escola estadual de Santa Maria	Formação Docente; Tecnologias de Informação e Comunicação; Curso Normal	2018	Especialização – Mídias na Educação

Fonte: autoria própria.

**APÊNDICE IV - TRABALHOS DE PÓS-GRADUAÇÃO REFERENTES AO CURSO NORMAL ENCONTRADOS NO REPOSITÓRIO DIGITAL LUME (UFRGS)**

**Trabalhos de pós-graduação referentes ao Curso Normal encontrados no repositório digital LUME (UFRGS)**

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Palavras-Chave</b>	<b>Ano</b>	<b>Curso</b>
Vargas, Ghisiane Spinelli	Uma abordagem do tema estruturante matéria e radiação no Curso Normal	ondas, raios X, Paulo Freire, formação de professores, Ensino Normal.	2018	Mestrado Profissional – PPG em Ensino de Física
Severo, Rita Cristine Basso Soares	As gurias normais do curso normal do Instituto de Educação de Porto Alegre	Professor-Formação-Identidade; Juventude; Estudos culturais; Instituto de Educação General Flores da Cunha; Escola Normal	2008	Mestrado – PPG em Educação
Görge, Neila	Encontros com a artescreta : composições com alunas de curso normal	Formação docente; Arte contemporânea; Escrita de si	2012	Mestrado – PPG em Educação
Hack, Leni	A cultura corporal no curso normal de nível médio no IEJC/MST	Educação do Campo; IEJC/MST; Formação de Educadores/as da Reforma Agrária; Cultura Corporal.	2012	Doutorado – PPG Educação
Marques, Nelson Luiz Reyes	Formação dos alunos do curso normal para o ensino de ciências nas séries iniciais: uma experiência em física térmica	-	2009	Mestrado Profissional – PPG em Ensino de Física
Begossi, Tuany Defaveri	A construção dos saberes disciplinares do curso normal da Escola Superior de Educação Física do estado do Rio Grande do Sul (1940-1956)	Curso Normal; Formação de professores; Escola Superior de Educação Física; História da Educação Física; Ginástica; Saberes Disciplinares.	2017	Mestrado – PPG em Ciências do Movimento Humano

Fonte: autoria própria.

**APÊNDICE V - TRABALHOS DE PÓS-GRADUAÇÃO REFERENTES AO CURSO NORMAL ENCONTRADOS NO REPOSITÓRIO DIGITAL GUIACA (UFPEL)**

**Trabalhos de pós-graduação referentes ao Curso Normal encontrados no repositório digital GUIACA (UFPEL)**

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Palavras-Chave</b>	<b>Ano</b>	<b>Curso</b>
Silva, Vinícius Kercher da	Narrativas de normalistas sobre a matemática no curso normal do Instituto de Educação Assis Brasil (1955-1968)	História da Educação Matemática. História Oral. Matemática. Escola Normal. Instituto de Educação Assis Brasil.	2019	Mestrado Profissional – PPG em Ensino de Ciência e Matemática
Passos, Angela Alves dos	O corpo, a educação física e o curso normal regional: memórias do instituto estadual de educação Ponche Verde Piratini/rs	Memória. Escola. Curso de Formação de Professores. Educação Física.	2010	Mestrado – PPG em Educação Física
Zaneti, Patrícia Silveira	A escola Normal em Canguçu: itinerário da primeira turma de formandas (1965-1970)	Escola normal. Formação de professores. Instituições franciscanas.	2013	Mestrado – PPG em Educação
Gomes, Maximilian da Rocha	Formação inicial de professores: um estudo de caso das práticas de ensino de egressos do curso normal	Instituto Estadual de Educação São José, formação de professores, nível médio da modalidade normal, prática pedagógica, estudo de caso	2010	Mestrado – PPG Educação
Vicente, Magda de Abreu	A Escola Normal Regional Imaculada Conceição em Pelotas/RS: a atuação da igreja católica e dos poderes públicos (1955-1971)	Escola Normal Regional. Igreja Católica. Educação Rural.	2018	Doutorado – PPG em Educação
Silva, Stephane da Silva	Constituição de identidades docentes de professores de um curso jurídico: a recontextualização curricular	Universidade; Curso Jurídico; Currículos Jurídicos; Processos de Recontextualização Curricular; Constituição de Identidades Docentes.	2011	Mestrado – PPG em Educação
Teixeira, Carin Gomes	Mapeamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Física na UFPEl	educação física; licenciatura; trabalho de conclusão de curso.	2016	PPG – Educação Física

Fonte: autoria própria.

## APÊNDICE VI - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo: Do ocaso do Curso Normal à alvorada da Educação Profissional e Tecnológica: políticas educacionais e olhares comparativos entre Santa Maria e Pelotas/RS

Pesquisadores responsável: Leandro Lampe

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/Colégio Técnico Industrial

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-9540. Avenida Roraima, 1000, prédio 05, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: Colégio Municipal Pelotense – via plataforma on-line Google Meet.

Eu, Leandro Lampe, orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mariglei Severo Maraschin responsáveis pela pesquisa: Do ocaso do Curso Normal à alvorada da Educação Profissional e Tecnológica: políticas educacionais e olhares comparativos entre Santa Maria e Pelotas/RS, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Por meio desta pesquisa pretende-se analisar as aproximações e distanciamentos entre o Curso Normal e a Educação Profissional e Tecnológica a partir das políticas e experiências de formação de professores para os anos iniciais em escolas do Curso Normal de Santa Maria e Pelotas. Acreditamos que ela seja importante porque busca dar visibilidade e localizar o Curso Normal nas políticas educacionais, além de destacar sua importância para a formação de professores da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para o desenvolvimento deste estudo será feito o seguinte: Em um primeiro momento iniciou-se a pesquisa bibliográfica, sendo realizadas por meio de repositórios virtuais, buscando por trabalhos acadêmicos que abordassem, principalmente, o Curso Normal das escolas estudadas; Em segundo momento foi realizado um questionário com os estudantes dos Cursos de forma *on-line*; Em terceiro momento levantamento e análise documental das versões das Leis de Diretrizes e Bases e dos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos disponibilizados na *internet*, bem como os Projetos Políticos Pedagógicos das instituições, que foram disponibilizados devido ao contato com as escolas; E por fim a realização de grupo focal com as coordenadoras dos referidos Cursos estudados das Instituições. Sua participação constará no grupo focal e de interlocução, de forma on-line preservando as recomendações para preservação da saúde devido pandemia de Covid-19 nos quais serão realizadas gravações de voz, de modo que possam

auxiliar nas futuras discussões do projeto.

Sendo sua participação voluntária, você não receberá benefício financeiro. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores.

Os benefícios que esperamos como estudo são, principalmente, contribuir para permanência e manutenção do Curso Normal.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo e anonimato sobre sua participação.

### **Autorização**

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expressei minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue de forma on-line.

Assinatura do voluntário